

**STRONG ESAGS – ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E  
GESTÃO**

Gustavo Rodrigues Oliveira

**A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO DO GRANDE ABC NO  
PERÍODO DE 2002-2017**

SANTO ANDRÉ

2020

Gustavo Rodrigues Oliveira

**A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO DO GRANDE ABC NO  
PERÍODO DE 2002-2017**

Monografia apresentada como exigência para  
obtenção do grau de Bacharel em Economia, à  
Escola Superior de Administração e Gestão –  
STRONG ESAGS.

Orientador: Prof.º Me. Raphael Bicudo.

SANTO ANDRÉ

2020

Dedico este trabalho a minha família, amigos e professores.

Agradecimentos,

Aos meus pais, irmãos, tia Cida e amigos. A todos pesquisadores e estudiosos que publicaram anteriormente trabalhos relacionados ao tema e me foram de grande inspiração.

A Prof.<sup>a</sup> Dra. Lygia Sabbag Fares Gibb, pela sugestão do tema e todo o conhecimento transmitido que despertaram e fortaleceram o meu interesse no assunto.

Ao Prof.<sup>o</sup> Me. Raphael Bicudo, pela orientação e encorajamento no tema.

“A quase estagnação que tomou conta da economia brasileira nos últimos anos surge como uma oportunidade para repensar a questão do papel da indústria. A este respeito cabe indagar se é possível relançar um novo ciclo de crescimento apenas corrigindo erros de política econômica e contando com uma melhoria do contexto internacional, ou se é necessário também mudar o padrão de crescimento resgatando algum protagonismo para a indústria de transformação.”

Francisco Eduardo Pires de Souza



## RESUMO

A desindustrialização é um processo de reestruturação produtiva no qual ocorre a diminuição na oferta de emprego no setor industrial e a mão de obra é continuamente absorvida pelos outros setores econômicos, principalmente os de comércio e serviços. O principal questionamento a ser entendido é se este movimento de diminuição da indústria está ocorrendo de maneira natural ou prematura devido a sua precocidade impactar negativamente no crescimento e desenvolvimento econômico sustentáveis do país. Dados e informações de acontecimentos recentes, tanto em nível macroeconômico como microeconômico, evidenciam que o processo de desindustrialização não está acontecendo de maneira natural no Brasil e seus efeitos estão atingindo fortemente o ABC Paulista. Os agentes econômicos da Região já estão sentindo os males dos constantes decréscimos do setor industrial e iniciaram buscas por meios de interromper a desindustrialização e diversificar e ampliar o polo industrial da Região do ABC.

**Palavras-chave:** desindustrialização, Região do Grande ABC, reestruturação produtiva, industrialização, ABC Paulista.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação da indústria no PIB do Brasil, de 2002 a 2017.	24
Gráfico 2 - Variação percentual em relação ao ano anterior da participação da Indústria no PIB do Brasil, de 2002 a 2017.	24
Gráfico 3 - Participação da Indústria no PIB das cidades componentes do Grande ABC, de 2002 a 2017.	25
Gráfico 4 - Participação do setor industrial no PIB do Grande ABC, de 2002 a 2017	25
Gráfico 5 - Variação em relação ao ano anterior da participação do setor industrial no PIB do Grande ABC, de 2002 a 2017.	26
Gráfico 6 - Participação do setor de serviços no PIB do Brasil, de 2002 a 2017.	27
Gráfico 7 – Variação percentual em relação ao ano anterior da participação do setor de serviços no PIB do Brasil, de 2002 a 2017.	27
Gráfico 8 - Participação do setor de serviços no PIB das cidades componentes do ABC Paulista, de 2002 a 2017.	28
Gráfico 9 - Participação do setor de serviços no PIB do Grande ABC, de 2002 a 2017	28
Gráfico 10 - Variação percentual em relação ao ano anterior da participação do setor de serviços no PIB do Grande ABC, de 2002 a 2017.	29
Gráfico 11 - Participação do Grande ABC na arrecadação de ICMS pelo Estado de São Paulo, de 2009 a 2017.	38
Gráfico 12 - Variação percentual da quantidade de empresas cadastradas e pessoal ocupado no setor industrial no Brasil em relação ano anterior durante o período de abertura econômica.	51
Gráfico 13 - Variação percentual em relação ao ano anterior da participação dos subsetores industriais no PIB do Brasil, de 1996 a 2017.	52
Gráfico 14 - Evolução da taxa de câmbio nominal no Brasil, de 1990 a 2017.	53
Gráfico 15 - Participação da indústria de transformação na Balança Comercial brasileira, de 2001 a 2019.	53
Gráfico 16 – Valor exportado pela indústria automobilística nacional, de 1990 a 2017	54

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ano de instalação das indústrias automobilísticas no Brasil, de 1925 a 1980.	20
Tabela 2 - Quantidade de unidades locais de produção por setor econômico no Brasil, de 2002 a 2005.	30
Tabela 3 - Quantidade de unidades locais de produção por setor econômico no Grande ABC, de 2002 a 2005.	31
Tabela 4 - Quantidade de pessoal ocupado por setor econômico no Brasil, de 2002 a 2005.	32
Tabela 5 - Quantidade de pessoal ocupado por setor econômico no Grande ABC, de 2002 a 2005.	33
Tabela 6 - Quantidade de unidades locais de produção por setor econômico no Brasil, em 2006, 2010, 2014 e 2017.	34
Tabela 7 - Quantidade de unidades locais de produção por setor econômico no Grande ABC, em 2006, 2010, 2014 e 2017.	35
Tabela 8 - Quantidade de pessoal ocupado por setor econômico no Brasil, em 2006, 2010, 2014 e 2017.	36
Tabela 9 - Quantidade de pessoal ocupado por setor econômico no Grande ABC, em 2006, 2010, 2014 e 2017.	37
Tabela 10 - Porcentagem de participação da indústria e serviços no PIB e nível de renda per capita no Brasil, de 2010 a 2017.	40
Tabela 11 - Porcentagem de participação da indústria e serviços no PIB e nível de renda per capita no Grande ABC, de 2010 a 2017.	40
Tabela 12 - PIB per capita pela PPC do Brasil e Coréia do Sul, de 2002 a 2017.	41
Tabela 13 - Quantidade de paralizações ocorridas nos setores industrial e serviços, de 2002 a 2017.	57
Tabela 14 - Locais escolhidos pelas montadoras para instalar suas unidades, de 1980 a 2017.	

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Diz respeito aos municípios contíguos de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires.

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

BC – Banco Central do Brasil.

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

BNT – Barreiras Não Tarifárias.

BP – Balanço de Pagamentos.

C – Consumo.

CEMPRE – Cadastro Central de Empresas.

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

FED – Federal Reserve System. É o sistema de bancos centrais dos Estados Unidos da América.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística.

I – Investimento.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

IED – Investimento Estrangeiro Direto.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

ISI - Industrialização por Substituição de Importações.

JK – Maneira como também é conhecido Juscelino Kubitschek de Oliveira, Ex-Presidente do Brasil. Governou o país entre os anos de 1956 e 1961.

M – Importação.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

PAEG – Programa de Aceleração Econômica do Governo.

PIB – Produto Interno Bruto.

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. Durante o regime militar instaurado no Brasil (1964-1985), o Governo lançou dois programas conhecidos como I PND (1968-1973) e II PND (1974-79), nos quais foram realizados uma série de investimentos em setores-chave da economia brasileira.

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo, também conhecida como Grande São Paulo.

SBC – São Bernardo do Campo.

SCS – São Caetano do Sul.

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

URV – Unidade Real de Valor.

X – Exportação.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. ASPECTOS GERAIS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E NA REGIÃO	14
2.1. O processo de desenvolvimento da indústria brasileira	14
2.2. Fatores que contribuíram para as organizações industriais se instalarem na Região do Grande ABC	19
3. O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESINDUSTRIALIZAÇÃO..	..22
3.1. Abordagem teórica	22
3.1.1. Desindustrialização natural ou precoce?	22
3.1.2. A busca pelo emparelhamento	39
3.1.3. A relação da indústria com as exportações	42
3.2. As causas da desindustrialização do Brasil	44
3.2.1. Crise da dívida de 1980	45
3.2.2. Abertura comercial e financeira	47
3.3. Motivações para a saída das empresas e diminuição da oferta de emprego no setor industrial na Região	54
3.3.1. A consolidação do sindicalismo	54
3.3.2. Guerra fiscal	58
3.3.3. Reestruturação produtiva	60
3.3.4. Especulação mobiliária	61
3.3.5. Falta de diversificação	62
4. EXPECTATIVAS ACERCA DA INDÚSTRIA NO GRANDE ABC	64
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS	70



## 1. INTRODUÇÃO

O tema do trabalho advém do interesse em se compreender a naturalidade ou não do processo de desindustrialização que está ocorrendo no Brasil e que vem sendo tão fortemente sentido na Região do Grande ABC.

A desindustrialização é apontada como uma etapa da reestruturação produtiva, na qual a oferta de emprego industrial diminui e a mão de obra começa a ser continuamente absorvida pelos outros setores econômicos, principalmente os de comércio e serviços.

O principal questionamento acerca da diminuição do setor industrial é sobre ela estar ocorrendo de maneira natural ou precoce. A importância de sua compreensão é devido aos impactos negativos que pode causar ao crescimento e desenvolvimento econômico sustentáveis da nação.

O ABC Paulista, composto pelos municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, é um dos grandes polos industriais existentes no Brasil. A existência de mão de obra e proximidade à vias terrestres, aeroportos e portos foram alguns dos motivos para atraírem a atenção das indústrias, principalmente do setor automobilístico.

O presente trabalho apresenta caráter teórico e utilizou dados existentes em instituições nacionais e internacionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BC), Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Banco Mundial, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), entre outros.

O objetivo do presente escrito é investigar as possíveis causas para o movimento de saída das empresas e diminuição de empregos no setor industrial na Região. E então, a partir das informações e dados obtidos, entender se a contração da participação industrial é prematura e quais impactos está causando na economia regional. E além disto, fornecer aos pesquisadores um conjunto de dados e informações para futuras pesquisas e reflexões.

Na próxima seção deste escrito é abordado o processo de industrialização no Brasil e na Região; na terceira são apresentados detalhes sobre a reestruturação produtiva e suas possíveis razões e na última são demonstradas ações que estão sendo realizadas pelos agentes econômicos do ABC Paulista para manter a competitividade do setor industrial.

## **2. ASPECTOS GERAIS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E NA REGIÃO**

### **2.1. O processo de desenvolvimento da indústria brasileira**

Anteriormente à década de 1930, já haviam ocorrido tentativas de industrialização mais sofisticada – capital industrial superior – no país. Algumas delas foram realizadas mais especificamente na metade do século XXI por Irineu Evangelista de Souza, conhecido pelo seu título de Barão de Mauá. De acordo com Oliveira (2010), os negócios do Barão ficaram abalados pela legislação vigente da época acerca da taxaço de importações, além disto o seu estaleiro foi incendiado criminosamente e os outros empreendimentos que possuía sofreram consequências com a crise bancária de 1864.

As tentativas de aprimorar a industrialização no território brasileiro voltaram a ocorrer com mais veemência após a Grande Depressão, que assolou o mundo no final da década de 1920.

Ao longo de quase toda a década 1920, os Estados Unidos da América (EUA) vivenciaram um período de expansão econômica, registrando constantes elevações nos níveis de consumo e investimento. Este cenário proporcionou muita confiança e aumentou a demanda pela aquisição de ações das empresas, o que não durou por muito tempo.

Em certo momento, o alto crescimento construiu sua própria queda, assim como aponta Rossini:

A partir de março de 1928, o boom da Bolsa de Nova Iorque – cujas causas residiam na política monetária expansionista, na estrutura financeira e bancária norte-americana e nos fatores psicossociológicos que caracterizaram o comportamento do público estadunidense – passou a ser puramente especulativo.

O crash da Bolsa de Valores de Nova Iorque aconteceu em 24 de outubro de 1929, e ficou conhecido como “Quinta-feira Negra”. Foi o início de constantes desvalorizações no valor das ações e diversas empresas foram forçadas a fechar as portas e houve demissão em

massa. Os Estados Unidos começaram a passar por uma crise econômica que afetou o restante do mundo.

A economia brasileira foi severamente impactada, principalmente pela queda dos preços internacionais do café e pelo colapso do crédito comercial. Até a terceira década do século XX, o Brasil possuía como mercado dominante o latifúndio semifeudal e as formas de capitalistas inferiores, pautados na exportação de bens primários. (LACERDA, et al; 2010).

A situação ruim da economia internacional resultou na diminuição da demanda pelos produtos primários brasileiros e dificuldade na aquisição de créditos, o que acarretou na escassez de divisas para manter o saldo do Balanço de Pagamentos (BP) positivo e desaceleração da expansão dos setores produtivos, principalmente o cafeeiro. Estes acontecimentos levaram a diversos questionamentos sobre a dependência externa que existia no Brasil.

O governo de Vargas (1930-1945) adotou medidas para proteger e impulsionar a economia nacional. Inicialmente a atenção foi voltada para o setor cafeeiro, sendo criado o Conselho Nacional do Café. Um acontecimento marcante foi a compra das safras de café e posterior queima das mesmas com o objetivo de diminuir a quantidade existente e então alavancar o preço internacional do bem.

O período de 1929-1937 foi marcado pela expansão da economia brasileira, com os setores agrícola e industrial registrando altos níveis de produção, impulsionados pela demanda interna. O governo brasileiro iniciou o processo de industrialização por substituição de importações (ISI), começando com bens de consumo não duráveis e progredindo para bens de consumo duráveis e de capital.

Enquanto a produção agrícola atingiu 7,5 bilhões de cruzeiros em 1929, dos quais 5,5 bilhões dirigidos a exportações, a produção de 1937 atingiu 7,8 bilhões, sendo 4,5 bilhões para exportações. A exportação diminuiu de 70% para 57% da produção agrícola total. Já o valor da produção industrial cresceu 50% no período 1929-1937, e a produção primária para o mercado interno aumentou 40%. (LACERDA, et al; 2010, p. 103).

Os resultados positivos obtidos através da proteção do setor cafeeiro nacional permitiram um incipiente processo de diversificação industrial, assim fortalecendo e

ampliando o setor industrial brasileiro, e isso sempre visando o mercado interno. O Brasil experimentou aquilo que Celso Furtado havia chamado de “deslocamento do eixo dinâmico” da economia – ou seja, as atividades domésticas foram gradualmente assumindo o papel central na atividade econômica, passando a ser o elemento decisivo na determinação do nível de investimento da economia.

Em 1937, Vargas instaurou um regime autoritário que foi chamado de “Estado Novo”, possibilitando assim sua continuidade no governo. Foi um período marcado pela alta centralização do poder, forte repressão política e censura dos meios de comunicação. Neste período o Estado passa a atuar como incentivador da economia, reduzindo o interesse na liberalização cambial e comercial.

O despontamento da II Guerra Mundial teve influência nas ações realizadas pelo governo de Getúlio, entre elas foi negociado um acordo comercial entre Brasil e EUA – os estadunidenses buscavam evitar o aumento da influência nazista ao redor do mundo. As taxas de importação entre os dois países foram mantidas baixas ou reduzidas. A possibilidade de nosso país poder exportar com mais facilidade aos Estados Unidos e a desvalorização cambial adotada na época fizeram com que ao longo dos anos fossem registrados saldos positivos na balança comercial.

Outro acontecimento provindo dos Acordos de Washington foi a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, possibilitando assim ao Brasil possuir sua primeira indústria de base. As atenções do mundo estavam voltadas para a Segunda Guerra, dificultando a exportação, com isso nossa produção continuou sendo destinada principalmente para a demanda interna.

O grande foco econômico brasileiro durante o período do Estado Novo foi a intensificação do processo de ISI, através de medidas como a redução de políticas econômicas voltadas para o setor cafeeiro, expansão fiscal e criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A aproximação do encerramento da Segunda Guerra Mundial fez com que os EUA ficasse menos tolerantes em relação à regimes autoritários, como o que estava vigente no Brasil – a influência soviética proveniente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era o novo centro das atenções americanas. Getúlio sofreu um grande desgaste

internamente nessa mesma direção e então é desposto do governo em 1945, chegando assim ao fim da “Era Vargas”.

Durante o governo Dutra (1946-1951), o país seguiu os princípios liberais de Bretton Woods e da política realizada pelo governo Truman. O intervencionismo estatal existente durante a Era Vargas deixou de ser praticado e foi realizada a liberalização do câmbio. Foi decidido que o câmbio seria mantido praticamente à paridade de 1939: Cr\$ 18,5/US\$. (LACERDA, et al; 2010).

A escassez de divisas logo tornou-se uma realidade, então o controle cambial foi retomado, o que acabou beneficiando o processo ISI.

A conjugação de uma taxa de câmbio sobrevalorizada com controle cambial, a partir de 1947, produziu um triplo efeito em benefício da industrialização substitutiva de importações: subsídio às importações de bens de capital e bens intermediários, protecionismo contra a importação de bens competitivos e aumento da rentabilidade da produção para o mercado interno. (LACERDA, et al; 2010, p. 107).

Foi um período marcado por pouca preocupação com o crescimento industrial, mas apesar disto ocorreram alguns acontecimentos que beneficiaram o setor. Após o governo Dutra, Vargas retornou ao poder e realizou algumas tentativas de implementar um projeto nacionalista para desenvolver a indústria pesada nacional.

Entre as ações que Getúlio fez, estão a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, para o financiamento de projetos. Outro procedimento foi a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que condicionava as importações aos interesses industriais, mediante o leilão de divisas com câmbio diferenciado conforme a essencialidade da importação. (LACERDA, et al; 2010).

As divergências políticas ocorridas no decorrer dos próximos anos dificultaram a continuidade do projeto nacionalista e processo industrial, que acabaram sendo encerrados com o suicídio do então presidente.

Com o suicídio de Vargas, assumiu o governo o vice-presidente Café Filho, de 1954 a 1955. Foi um biênio marcado por políticas ortodoxas, com políticas monetária e fiscal contracionistas. A grande ação que diz respeito ao setor industrial ocorreu em 1955: a

implementação da Instrução 113 da SUMOC. A intenção era gerar uma espécie de processo liberal no câmbio, permitindo que apenas empresas estrangeiras importassem alguns tipos de bens para complementar o maquinário de suas fábricas já existentes dentro do país. A Instrução de número cento e treze foi amplamente utilizada no governo de Juscelino Kubitschek (JK) para a entrada de capital externo no país.

Outro período marcante acerca do desenvolvimento industrial no Brasil foi durante o mandato de Juscelino Kubitschek como seu Presidente, em que foi realizado o Plano de Metas, uma série de investimentos públicos e privados com o objetivo de desenvolver economicamente o país. Foi uma ação ousada, que buscava concretizar o célebre lema do governo na área econômica: "Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo".

Antes mesmo de assumir o governo, JK enfrentou uma série de dificuldades. O período entre sua indicação ao cargo e sua posse demonstrou que enfrentaria uma fortíssima oposição política. A opinião pública era de suma importância, e para conquistar e manter o apoio popular, Juscelino implementou o Plano de Metas.

Foram estabelecidas metas de desenvolvimento para cinco setores, apontados como os básicos da economia, eles eram o de energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação. Cancian (2013) aponta que o governo de JK ficou marcado como a gestão presidencial na qual se registrou o mais expressivo crescimento da economia brasileira.

O órgão responsável por coordenar o detalhamento e a execução do plano foi o Conselho de Desenvolvimento. Criado por JK, era diretamente subordinado à Presidência da República e composto pelos presidentes do BNDE - atual Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) - e do Banco do Brasil, e também faziam parte os ministros e os chefes dos gabinetes civil e militar.

Como já mencionado, o investimento privado e estrangeiro teve enorme participação na realização do plano. O Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), responsável pela realização dos objetivos relacionados ao setor industrial automobilístico, forneceu concessão de incentivos ao setor privado para que as metas fossem atingidas. De acordo com da Silva: "A meta de mecanização da agricultura, por exemplo, indicava a necessidade de fabricação de tratores, prevista na meta da indústria automobilística".

O desenvolvimento industrial brasileiro ganhou novos rumos e feições com as medidas estabelecidas e realizadas durante o mandato de JK, abrindo a economia para o capital internacional, atraindo indústrias multinacionais. Foi durante este período que ocorreu a instalação de montadoras de veículos internacionais (Ford, General Motors, Volkswagen, entre outras) em território brasileiro.

Ao uma empresa de grande porte, como as citadas anteriormente, instalar-se em um local, o cenário econômico dele costuma melhorar, pois a organização demandará mão de obra e insumos, assim haverá aumento nos níveis de emprego e outros negócios locais poderão ter seus serviços e produtos consumidos. O local escolhido por algumas dessas montadoras foi a região do Grande ABC.

## **2.2. Fatores que contribuíram para as organizações industriais se instalarem na Região do Grande ABC**

A região do ABC, no estado de São Paulo, também conhecida como Grande ABC e ABC Paulista, é composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo (SBC), São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Está localizado na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e possui, segundo dados do IBGE, uma população estimada em aproximadamente 2,8 milhões de habitantes (2019) e ocupa uma superfície de 828 Km<sup>2</sup>.

Em função da industrialização que estava ocorrendo no país, no fim da década de 1940 e ao longo da próxima, foram construídas vias de acesso e rodovias, por exemplo: Vias Anchieta e Dutra, Rodovias Raposo Tavares e Regis Bittencourt, entre outras. Essas construções facilitavam o escoamento da produção e transportes de suprimentos.

De acordo com Langenbuch (1971), entre a década de 1940 e 1960, houve um imenso aumento de habitantes na cidade de São Paulo, passando de aproximadamente 1,3 milhões de pessoas (década de 1940) para um pouco mais de 3,7 milhões em 1960. Como consequência a cidade começou a exercer enorme pressão sobre sua periferia, provocando um desenvolvimento suburbano.

A existência de uma estrutura que permitia a conexão mais ágil com outras regiões do país e o constante crescimento e desenvolvimento, que ofereciam dois fatores muito importantes para qualquer unidade produtiva - mão de obra e consumidores – influenciaram a implantação das empresas na RMSP.

A região do Grande ABC é favorecida em sua infraestrutura logística por muitos aspectos, inclusive por estar próxima ao porto de Santos, o maior da América do Sul e importante eixo de importação e exportação do país. Não obstante, também localiza-se a poucos quilômetros da cidade de São Paulo, sendo entrecortada pela rodovia Anchieta e pela avenida dos Estados, as quais facilitam o abastecimento do próprio ABC, da capital e do interior. (XAVIER, et al; 2007, p. 109).

Dentre as indústrias que se instalaram na Região do ABC, a automobilística foi uma das mais importantes. Esse subsetor industrial possui tanta importância pois, como aponta Júnior (2008), para que o desempenho positivo de seu negócio ocorra de maneira sustentável, há a necessidade de todo um complexo secundário, como componentes elétricos, mecânicos, plásticos, entre outros.

Outros segmentos industriais também se instalaram no ABC Paulista, como o de bens de capital, de consumo duráveis, do ramo químico, dentre outras, alcançando a existência de cerca de dois mil estabelecimentos em 1970. (JÚNIOR, 2008).

Na tabela 1, é possível visualizar as localidades escolhidas pelas empresas do ramo automobilístico para instalarem suas unidades produtivas.

Tabela 1 - Ano de instalação das indústrias automobilísticas no Brasil, de 1925 a 1980.

<b>Ano</b>	<b>Empresa</b>	<b>Cidade</b>	<b>UF</b>
1925	Ford	Recife	PE
1925	General Motors	São Paulo	SP
1926	Ford	Porto Alegre	RG
1930	General Motors	São Caetano do Sul	SP
1953	Ford	São Paulo	SP
1953	Volkswagen	São Paulo	SP
1954	Caterpillar	São Paulo	SP
1956	General Motors	São José dos Campos	SP
1956	Mercedes-Benz	São Bernardo do Campo	SP

1956	Volkswagen	São Bernardo do Campo	SP
1957	Ford	São Paulo	SP
1958	International	Santo André	SP
1958	Toyota	São Paulo	SP
1958	Willys Overland	São Paulo	SP
1959	Volkswagen	São Bernardo do Campo	SP
1959	General Motors	São José dos Campos	SP
1960	Caterpillar	Santo Amaro	SP
1960	Valmet	Mogi das Cruzes	SP
1961	Massey Ferguson	São Paulo	SP
1962	Scania	São Bernardo do Campo	SP
1970	General Motors	São José dos Campos	SP
1970	Fiat	Contagem	MG

Continua

<b>Ano</b>	<b>Empresa</b>	<b>Cidade</b>	<b>UF</b>
1974	Ford	Taubaté	SP
1975	Agrale	Caxias do Sul	RS
1975	Komatsu	Suzano	PR
1975	New Holland	Curitiba	PR
1976	Fiat	Betim	MG
1976	Volkswagen	São Bernardo do Campo	SP
1976	Volkswagen	Taubaté	SP
1976	Caterpillar	Piracicaba	SP
1979	Volvo	Curitiba	PR

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ANFAVEA, 2020.

### **3. O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

#### **3.1. Abordagem teórica**

##### **3.1.1. Desindustrialização natural ou precoce?**

Inicialmente, no processo de desenvolvimento econômico a longo prazo, o setor agrícola registra aumentos em sua produtividade. Essa expansão ocasiona na diminuição da necessidade pelo fator trabalho, que é substituído pelo maquinário. Além da alta na demanda por bens de capital visando a melhoria na produtividade, quem se beneficia dos ganhos da agricultura também busca mais bens de consumo. (PALMA, 2005, p. 1).

Perante ao aumento da demanda, o setor industrial absorve mais mão de obra. Com o desenvolvimento da indústria, ocorrerá a dispensa de trabalhadores devido a existência de equipamentos mais tecnológicos, e então eles migrarão para o setor de serviços, que estará vivenciando um crescimento paralelo.

Este processo mais tardio, no qual a oferta de emprego industrial começa a cair e a mão de obra é continuamente absorvida pelo setor de serviços é chamado de “desindustrialização”. (PALMA, 2005, p. 2).

No debate sobre a desindustrialização existem diferentes vertentes, algumas, embasadas nos pressupostos neoclássicos, defendem que não há distinção acerca da contribuição dos diversos setores da economia no processo de desenvolvimento da nação, que possíveis aportes diferentes entre os setores seriam fruto do acaso. (COLOMBO, FELIPE e SAMPAIO, 2019).

A partir da visão neoclássica, o fator principal para o desenvolvimento econômico a longo prazo é, independentemente do setor econômico, a acumulação de fatores de produção e o processo tecnológico.

Contrariando a visão neoclássica, existem teorias e estudiosos que apontam a indústria como o principal setor na busca pelo desenvolvimento do país. Ela possui tanta importância devido a apresentar retornos crescentes de escala, integração vertical para trás e para frente em cadeias produtivas, recepção e difusão de novas técnicas de produção e maior valor agregado visando exportações. (COLOMBO, FELIPE e SAMPAIO, 2019).

Assim, identifica a indústria como o “motor do crescimento” por ser o setor mais dinâmico e difusor de inovações. As intra e inter-relações da indústria com os demais setores induzem a um aumento na produtividade dentro e fora dela. Como os retornos crescentes estão presentes na indústria, as mudanças nos processos de produção se propagam continuamente, ou seja, de um modo cumulativo. (LAMONICA e FEIJÓ (2011, p. 123).

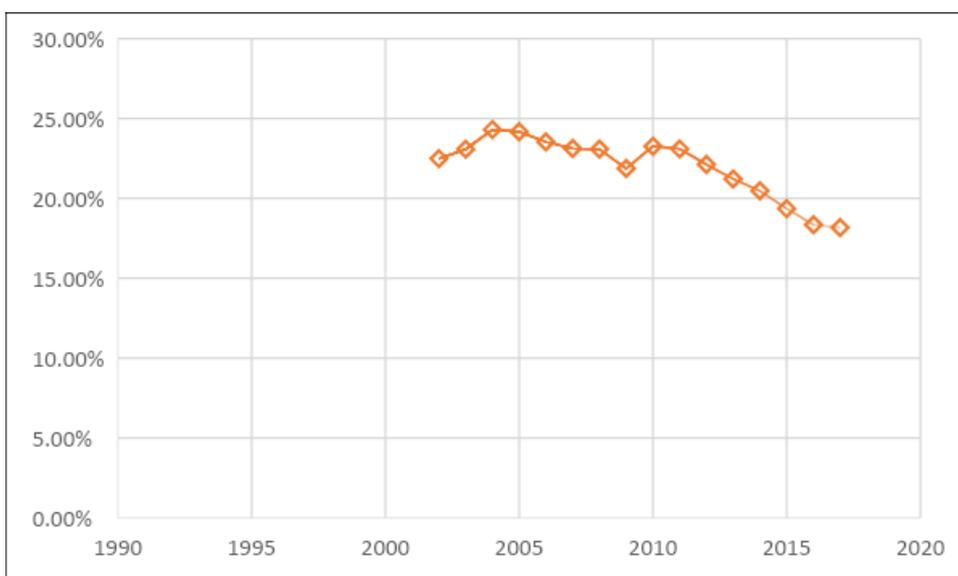
Utilizando como base as quatro Leis desenvolvidas pelo economista Nicholas Kaldor, é possível dizer que economias bem sucedidas no processo de industrialização são aquelas que atingem um estágio de desenvolvimento industrial em que são capazes de desenvolver e absorver novas tecnologias e difundir as mudanças tecnológicas para todo resto da economia. Como afirmam Lamonica e Feijó (2011, p. 123):

Portanto, de acordo com as ideias de Kaldor, as economias em desenvolvimento deveriam adotar uma política de acumulação de capital como meio de acelerar o crescimento. Nesse contexto, o desenvolvimento de um setor industrial avançado tecnologicamente é fundamental para sustentar o crescimento de longo prazo.

O processo de desindustrialização é apontado como a diminuição da participação do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB). A questão chave a ser entendida é em qual estágio de desenvolvimento se inicia este processo em uma determinada nação, porque é natural que em um país possuidor de uma economia dita como “madura”, o nível de renda per capita já tenha atingido um patamar considerado alto, dado isso, seria normal com o tempo, a elasticidade renda da demanda por produtos industrializados declinar. (COLOMBO, FELIPE e SAMPAIO, 2019).

Dados divulgados pelo IBGE demonstram que ao longo das aproximadamente últimas duas décadas, a participação do setor industrial no PIB do Brasil e das sete cidades componentes da região conhecida como Grande ABC está diminuindo. É possível visualizar este movimento nos gráficos 1, 2, 3, 4 e 5.

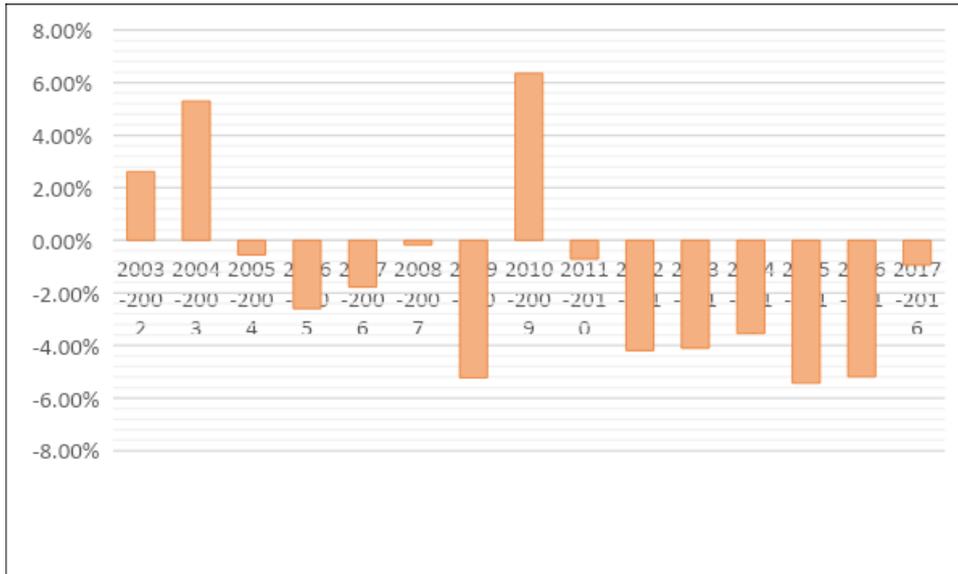
Gráfico 1 - Participação da indústria no PIB do Brasil, de 2002 a 2017.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Nota: Não houve distinção entre os subsetores industriais.

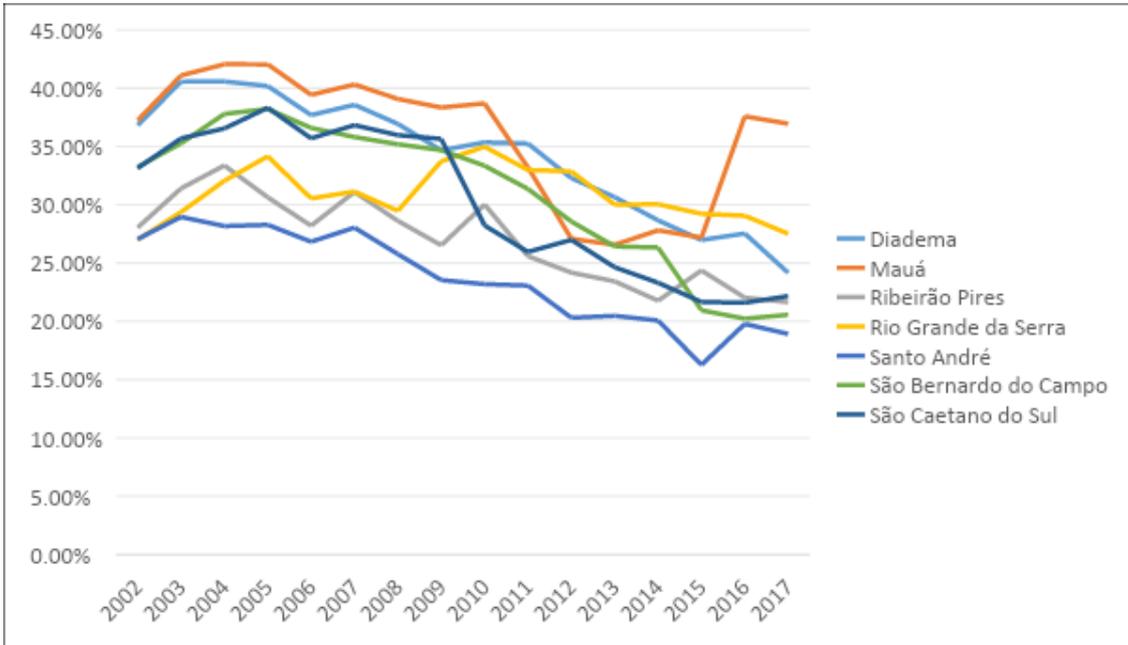
Gráfico 2 - Variação percentual em relação ao ano anterior da participação da Indústria no PIB do Brasil, de 2002 a 2017.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

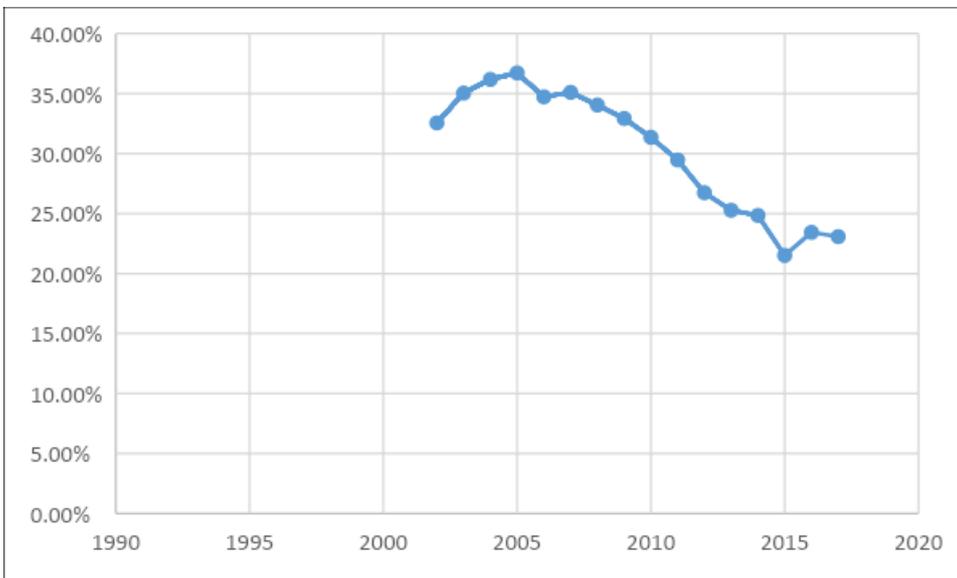
Nota: Não houve distinção entre os subsetores industriais.

Gráfico 3 - Participação da Indústria no PIB das cidades componentes do Grande ABC, de 2002 a 2017.



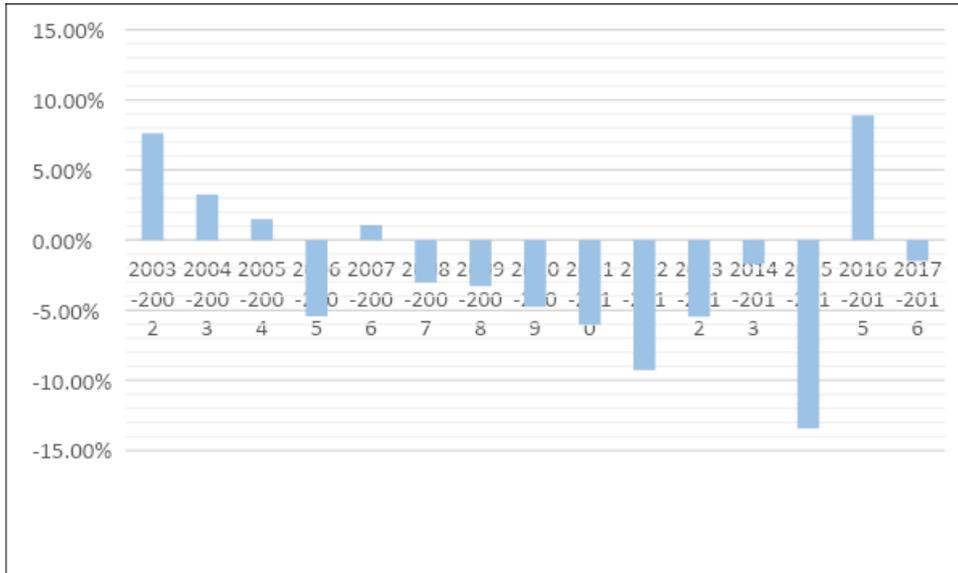
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.  
 Nota: Não houve distinção entre os subsetores industriais.

Gráfico 4 - Participação do setor industrial no PIB do Grande ABC, de 2002 a 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.  
 Nota: Não houve distinção entre os subsetores industriais.

Gráfico 5 - Variação em relação ao ano anterior da participação do setor industrial no PIB do Grande ABC, de 2002 a 2017.

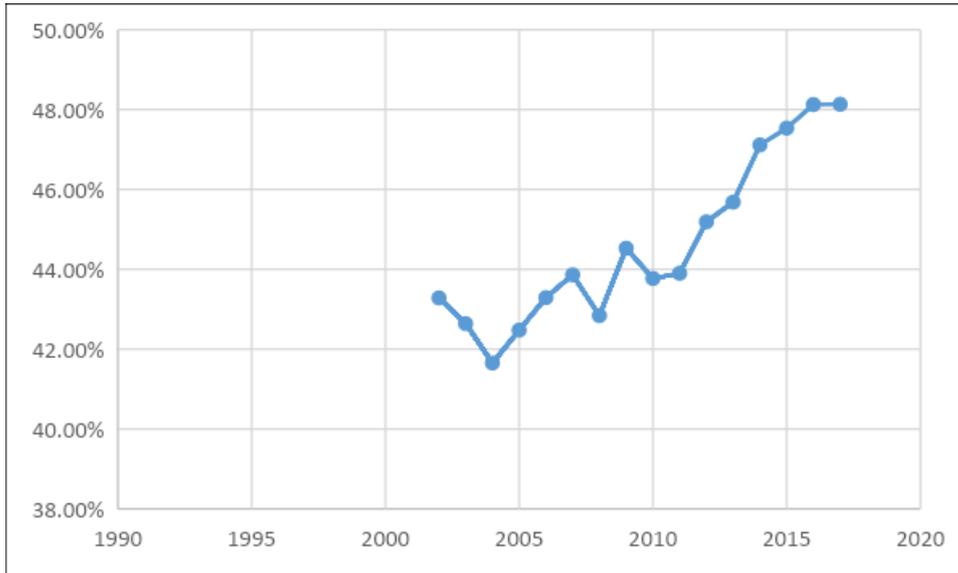


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Nota: Não houve distinção entre os subsetores industriais.

A indústria apresentou constante redução em sua participação no Produto do país e da Região no período de 2002 a 2017. Paralelamente a este acontecimento, o inverso está ocorrendo no setor de serviços, obtendo contínuo crescimento, conforme ilustrado nos gráficos 6, 7, 8, 9 e 10.

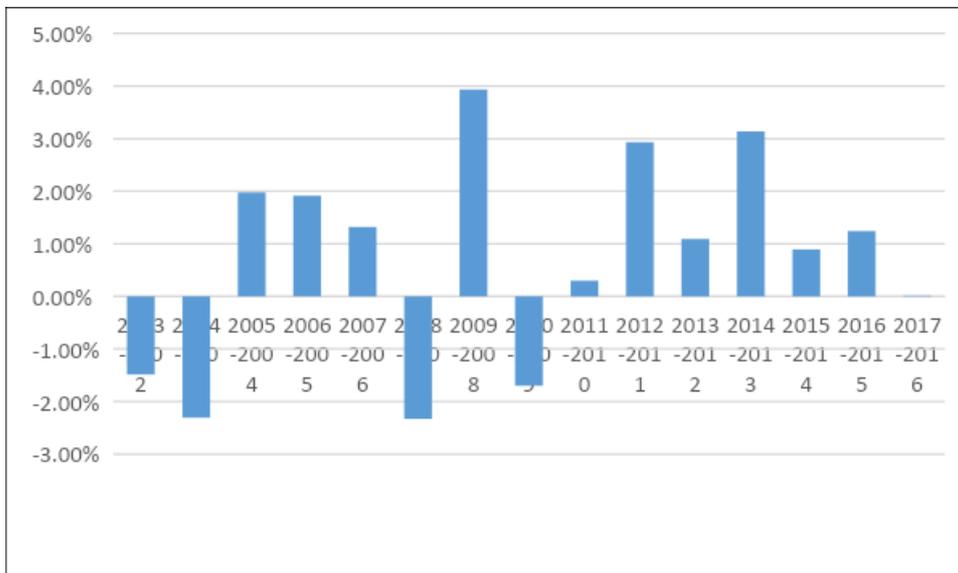
Gráfico 6 - Participação do setor de serviços no PIB do Brasil, de 2002 a 2017.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Nota: Não houve distinção entre os subsetores de serviços.

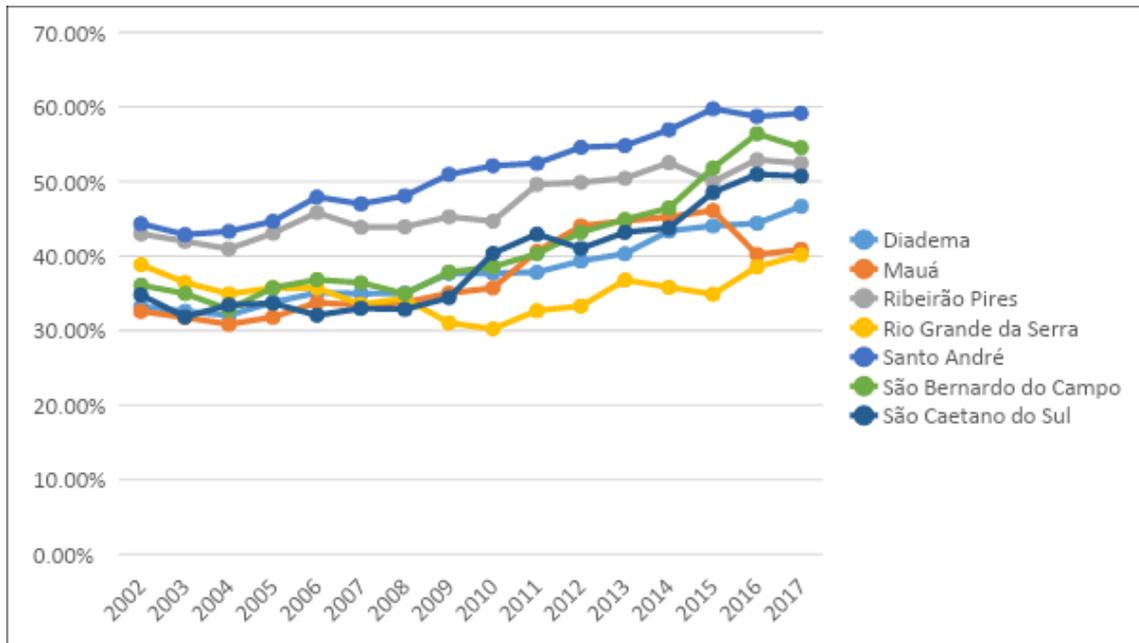
Gráfico 7 – Variação percentual em relação ao ano anterior da participação do setor de serviços no PIB do Brasil, de 2002 a 2017.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Nota: Não houve distinção entre os subsetores de serviços.

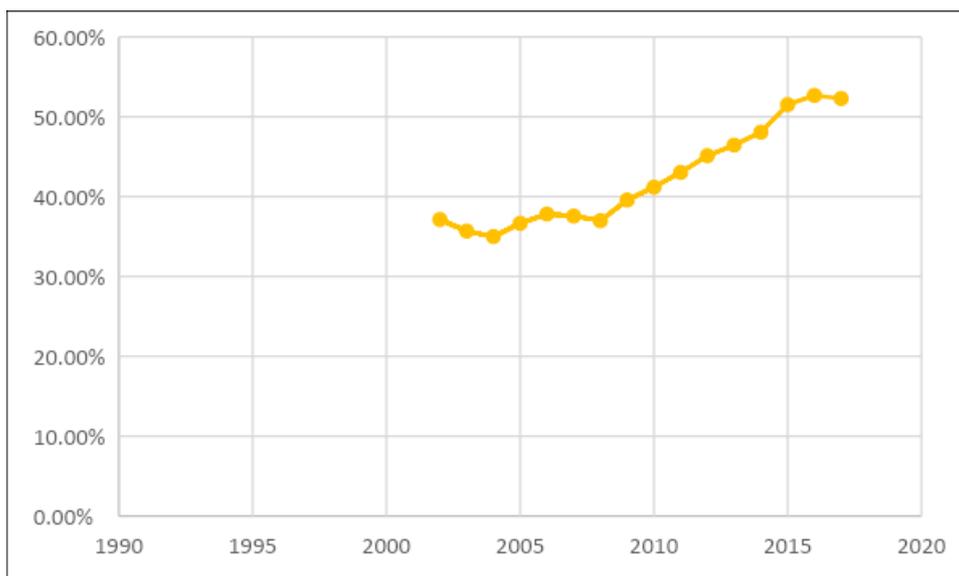
Gráfico 8 - Participação do setor de serviços no PIB das cidades componentes do ABC Paulista, de 2002 a 2017.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Nota: Não houve distinção entre os subsetores de serviços.

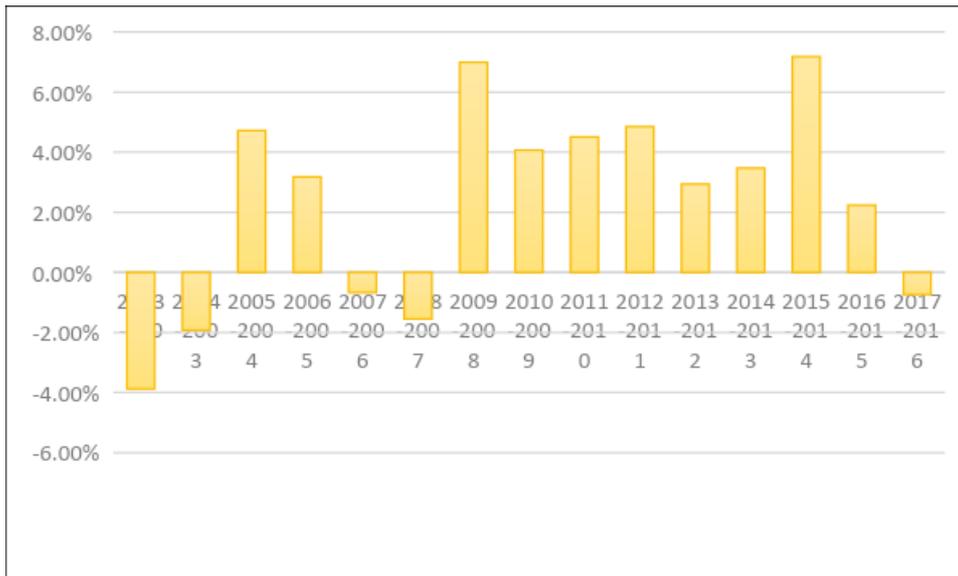
Gráfico 9 - Participação do setor de serviços no PIB do Grande ABC, de 2002 a 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Nota: Não houve distinção entre os subsetores de serviços.

Gráfico 10 - Variação percentual em relação ao ano anterior da participação do setor de serviços no PIB do Grande ABC, de 2002 a 2017.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Nota: Não houve distinção entre os subsetores de serviços.

Ao defrontar-se os dados de 2017 com 2002, vemos no país uma variação percentual positiva de 11,21% no setor de serviços e um decréscimo de 19,18% na indústria. Em relação ao Grande ABC, há uma notável contração de 29,11% no setor industrial e um aumento de 40,80% nos serviços.

É possível visualizar da tabela 2 a 9, a quantidade de unidades de produção e pessoal ocupado por setor econômico no Brasil e na Região entre os anos de 2002 a 2017.

Tabela 2 - Quantidade de unidades locais de produção por setor econômico no Brasil, de 2002 a 2005.

	2002	2003	2004	2005
<b>Indústria</b>	<b>524.926</b>	<b>538.223</b>	<b>554.082</b>	<b>580.816</b>
Indústrias extrativas	16.591	17.018	17.421	17.754
Indústrias de transformação	508.335	521.205	536.661	563.062
<b>Demais setores</b>	<b>4.814.713</b>	<b>5.033.840</b>	<b>5.211.845</b>	<b>5.496.124</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	43.749	45.885	47.661	50.681
Pesca	2.326	2.698	2.938	3.094
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	7.085	7.283	7.497	7.807
Construção	131.234	131.491	132.695	138.998
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	2.596.254	2.685.329	2.775.574	2.891.240
Alojamento e alimentação	355.962	365.899	369.039	389.833
Transporte, armazenagem e comunicações	209.785	222.958	237.584	256.357
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	95.351	99.949	101.556	106.585
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	702.320	747.469	784.911	838.277
Administração pública, defesa e seguridade social	15.394	17.744	18.668	19.282
Educação	94.760	99.434	102.593	109.946
Saúde e serviços sociais	117.497	126.481	131.624	139.865
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	442.913	481.215	499.420	544.076
Serviços domésticos	-	-	-	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	83	5	85	83

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Tabela 3 - Quantidade de unidades locais de produção por setor econômico no Grande ABC, de 2002 a 2005.

	2002	2003	2004	2005
<b>Indústria</b>	<b>8.253</b>	<b>8.438</b>	<b>8.684</b>	<b>9.228</b>
Indústrias extrativas	37	34	34	35
Indústrias de transformação	8.216	8.404	8.650	9.193
<b>Demais setores</b>	<b>73.783</b>	<b>77.545</b>	<b>79.719</b>	<b>83.809</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	78	77	94	110
Pesca	14	25	26	24
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	47	48	49	55
Construção	1.729	1.734	1.691	1.820
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	34.751	36.080	36.860	38.417
Alojamento e alimentação	6.434	6.459	6.422	6.741
Transporte, armazenagem e comunicações	3.559	3.982	4.281	4.555
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	1.573	1.690	1.669	1.739
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	16.725	17.990	18.873	19.998
Administração pública, defesa e seguridade social	50	64	71	69
Educação	1.412	1.483	1.549	1.669
Saúde e serviços sociais	2.535	2.654	2.718	2.838
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4.876	5.259	5.416	5.774
Serviços domésticos	0	0	0	0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Tabela 4 - Quantidade de pessoal ocupado por setor econômico no Brasil, de 2002 a 2005.

	2002	2003	2004	2005
<b>Indústria</b>	<b>6.329.468</b>	<b>6.498.624</b>	<b>7.080.748</b>	<b>7.335.578</b>
Indústrias extrativas	133.516	136.871	149.055	155.209
Indústrias de transformação	6.195.952	6.361.753	6.931.693	7.180.369
<b>Demais setores</b>	<b>28.430.029</b>	<b>29.173.868</b>	<b>30.496.973</b>	<b>32.250.069</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	418.157	433.043	467.105	475.877
Pesca	16.461	20.271	19.859	16.794
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	227.623	228.832	232.851	234.814
Construção	1.277.492	1.232.342	1.321.910	1.455.528
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	7.973.164	8.322.756	8.786.162	9.272.336
Alojamento e alimentação	1.323.315	1.359.477	1.421.299	1.520.667
Transporte, armazenagem e comunicações	1.775.268	1.784.211	1.916.367	2.029.246
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	687.999	694.339	706.135	748.074
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	3.915.194	4.149.080	4.379.981	4.694.065
Administração pública, defesa e seguridade social	6.763.397	6.763.675	6.955.733	7.264.089
Educação	1.243.989	1.259.409	1.296.882	1.369.320
Saúde e serviços sociais	1.271.274	1.313.773	1.343.653	1.454.935
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1.536.049	1.612.621	1.648.293	1.713.665
Serviços domésticos	-	-	-	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	647	39	743	659

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Tabela 5 - Quantidade de pessoal ocupado por setor econômico no Grande ABC, de 2002 a 2005.

	2002	2003	2004	2005
<b>Indústria</b>	<b>215.083</b>	<b>214.713</b>	<b>234.329</b>	<b>244.213</b>

Indústrias extrativas	143	276	162	133
Indústrias de transformação	214.940	214.437	234.167	244.080
<b>Demais setores</b>	<b>445.708</b>	<b>473.498</b>	<b>477.638</b>	<b>525.451</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	200	188	204	255
Pesca	12	31	30	27
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	2.356	2.430	2.536	2.093
Construção	15.808	15.674	17.298	19.496
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	129.570	132.898	139.514	147.938
Alojamento e alimentação	25.770	25.367	27.938	28.948
Transporte, armazenagem e comunicações	31.826	32.699	36.416	43.598
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	12.174	14.075	14.455	14.863
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	129.040	147.216	135.661	157.255
Administração pública, defesa e seguridade social	33.508	36.732	37.243	41.216
Educação	21.142	20.139	20.885	22.821
Saúde e serviços sociais	21.005	22.128	22.718	23.939
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	23.297	23.921	22.740	23.002
Serviços domésticos	-	-	-	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Pela antiga metodologia do IBGE, ao comparar-se o ano de 2005 com 2002, é possível visualizar um crescimento de 10,65% de unidades locais de produção industriais no Brasil e 11,81% no ABC Paulista. Em relação a quantidade de pessoal ocupado, houveram acréscimos de 15,90% no país e 13,54% na Região.

O IBGE atualizou seu método de quantificação em 2006, e os dados no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) passaram a ser registrados segundo a versão 2.0 do sistema de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Tabela 6 - Quantidade de unidades locais de produção por setor econômico no Brasil, em 2006, 2010, 2014 e 2017.

	2006	2010	2014	2017
<b>Indústria</b>	<b>401.693</b>	<b>451.731</b>	<b>439.136</b>	<b>408.439</b>
Indústrias extrativas	10.034	10.583	10.625	10.075
Indústrias de transformação	391.659	441.148	428.511	398.364
<b>Demais setores</b>	<b>3.903.885</b>	<b>4.616.393</b>	<b>4.616.829</b>	<b>4.605.417</b>
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	31.829	36.911	51.990	84.861
Eletricidade e gás	973	1.795	2.309	2.630
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	6.724	9.357	10.875	11.712
Construção	110.301	178.095	245.362	238.862
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2.011.891	2.243.421	2.045.388	1.886.139
Transporte, armazenagem e correio	153.673	201.610	236.300	224.465
Alojamento e alimentação	264.503	319.056	315.534	305.371
Informação e comunicação	133.043	145.375	143.813	139.226
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	56.186	70.461	77.010	91.015
Atividades imobiliárias	28.765	46.140	72.012	90.873
Atividades profissionais, científicas e técnicas	169.052	235.333	264.463	302.460
Atividades administrativas e serviços complementares	324.657	398.101	451.353	475.031
Administração pública, defesa e seguridade social	14.528	16.361	18.025	18.138
Educação	104.078	128.753	128.789	178.855
Saúde humana e serviços sociais	106.362	135.846	161.002	211.109
Artes, cultura, esporte e recreação	52.359	64.742	66.753	68.613
Outras atividades de serviços	334.810	384.794	325.582	275.768
Serviços domésticos	-	-	-	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	151	242	269	289

Fonte: Elaboração própria a partir de dados divulgados pelo IBGE, 2020.

Tabela 7 - Quantidade de unidades locais de produção por setor econômico no Grande ABC, em 2006, 2010, 2014 e 2017.

	2006	2010	2014	2017
<b>Indústria</b>	<b>7.013</b>	<b>7.071</b>	<b>7.246</b>	<b>7.330</b>
Indústrias extrativas	14	13	12	12
Indústrias de transformação	6.999	7.058	7.234	7.318
<b>Demais setores</b>	<b>62.974</b>	<b>73.065</b>	<b>72.309</b>	<b>70.618</b>
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	61	68	66	70
Eletricidade e gás	5	4	6	2
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	118	141	160	158
Construção	1.563	2.589	3.658	3.610
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	28.399	31.236	28.206	25.421
Transporte, armazenagem e correio	3.237	4.132	4.658	4.311
Alojamento e alimentação	4.624	5.252	5.169	4.848
Informação e comunicação	4.506	4.578	3.959	3.673
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1.069	1.136	1.345	1.600
Atividades imobiliárias	444	695	1.058	1.273
Atividades profissionais, científicas e técnicas	3.142	4.319	4.524	5.052
Atividades administrativas e serviços complementares	7.553	8.953	9.604	10.335
Administração pública, defesa e seguridade social	45	45	56	42
Educação	1.421	1.986	2.128	2.769
Saúde humana e serviços sociais	2.146	2.367	2.491	2.938
Artes, cultura, esporte e recreação	656	825	893	893
Outras atividades de serviços	3.985	4.739	4.327	3.623
Serviços domésticos	0	0	0	0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	1	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Tabela 8 - Quantidade de pessoal ocupado por setor econômico no Brasil, em 2006, 2010, 2014 e 2017.

	2006	2010	2014	2017
<b>Indústria</b>	<b>7.362.380</b>	<b>8.010.915</b>	<b>8.233.680</b>	<b>8.290.432</b>
Indústrias extrativas	150.917	167.776	179.095	180.708
Indústrias de transformação	7.211.463	7.843.139	8.054.585	8.109.724
<b>Demais setores</b>	<b>32.260.371</b>	<b>40.879.769</b>	<b>46.093.075</b>	<b>43.932.493</b>
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	449.642	564.663	579.081	568.945
Eletricidade e gás	113.031	127.996	129.265	129.756
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	289.426	372.465	409.887	386.366
Construção	1.592.585	2.891.664	3.343.809	2.213.775
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	8.629.569	11.006.698	12.127.585	11.372.442
Transporte, armazenagem e correio	1.858.214	2.412.311	2.843.407	2.601.220
Alojamento e alimentação	1.462.101	1.949.183	2.343.146	2.260.270
Informação e comunicação	791.426	945.212	1.088.994	1.083.190
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	758.965	979.606	1.114.611	1.113.737
Atividades imobiliárias	130.502	190.091	272.697	308.988
Atividades profissionais, científicas e técnicas	738.901	1.164.275	1.401.925	1.407.835
Atividades administrativas e serviços complementares	3.290.668	4.311.107	5.058.422	4.728.083
Administração pública, defesa e seguridade social	7.662.082	7.426.343	7.800.010	7.717.612
Educação	1.550.958	2.674.229	3.191.959	3.448.103
Saúde humana e serviços sociais	1.408.732	2.090.782	2.611.531	3.120.392
Artes, cultura, esporte e recreação	238.734	283.197	337.318	355.717
Outras atividades de serviços	1.293.729	1.487.988	1.437.183	1.113.337
Serviços domésticos	-	-	-	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1.106	1.959	2.245	2.725

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Tabela 9 - Quantidade de pessoal ocupado por setor econômico no Grande ABC, em 2006, 2010, 2014 e 2017.

	2006	2010	2014	2017
<b>Indústria</b>	<b>286.519</b>	<b>339.605</b>	<b>298.025</b>	<b>246.437</b>
Indústrias extrativas	35	0	0	0
Indústrias de transformação	286.484	339.605	298.025	246.437
<b>Demais setores</b>	<b>525.153</b>	<b>665.350</b>	<b>700.552</b>	<b>648.115</b>
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	158	85	62	218
Eletricidade e gás	13	0	0	0
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4.847	4.707	5.770	4.353
Construção	23.507	63.152	40.517	37.798
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	171.254	207.516	216.566	192.001
Transporte, armazenagem e correio	42.493	53.699	60.651	50.783
Alojamento e alimentação	26.197	29.987	37.193	36.609
Informação e comunicação	15.888	15.427	19.249	16.820
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	7.841	6.570	9.379	7.322
Atividades imobiliárias	1.779	2.439	3.778	4.234
Atividades profissionais, científicas e técnicas	11.395	19.002	21.706	22.767
Atividades administrativas e serviços complementares	112.389	129.918	142.591	128.352
Administração pública, defesa e seguridade social	40.186	44.886	49.556	46.275
Educação	24.806	23.169	27.671	27.033
Saúde humana e serviços sociais	18.208	35.072	40.177	47.872
Artes, cultura, esporte e recreação	4.359	4.127	4.861	5.450
Outras atividades de serviços	19.833	25.594	20.825	20.228
Serviços domésticos	0	0	0	0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0

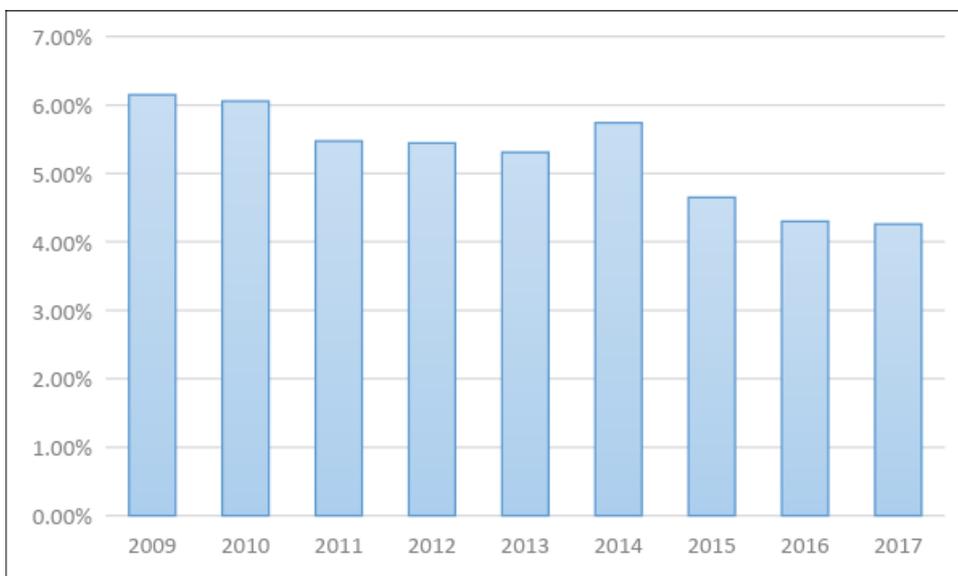
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Ao confrontar-se os dados do ano de 2017 com 2014, percebe-se uma redução de 6,99% em unidades locais de produção industriais no Brasil e um acréscimo de 1,16% no ABC Paulista. Em relação a quantidade de pessoal ocupado, houve um pequeníssimo acréscimo de 0,69% no país, já no Grande ABC ocorreu o inverso, uma forte redução de 17,31%.

Analisando os demais setores econômicos, comparando-se o ano de 2017 com 2006, há uma elevação de 17,97% empresas no território nacional e de 12,14% na Região. O mesmo movimento ocorre na quantidade de pessoas empregadas: um aumento de 36,18% no Brasil e de 23,41% na Região do ABC.

A diminuição da produção industrial no ABC Paulista impacta negativamente na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas cidades da Região. O gráfico 11 ilustra decréscimo no peso que o Grande ABC possui no total arrecadado pelo Estado de São Paulo.

Gráfico 11 - Participação do Grande ABC na arrecadação de ICMS pelo Estado de São Paulo, de 2009 a 2017.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo e Banco Central do Brasil, 2020.

O fato de existir uma grande concentração de empresas do setor industrial no ABC Paulista – é o segundo maior polo do país, atrás da RGSP – fez com que recebesse mais impacto do movimento de desindustrialização que vem ocorrendo no Brasil.

Como já descrito, é necessário entender se o processo de desindustrialização que está ocorrendo no país e Região é prematura devido a isto trazer consequências negativas, podendo prejudicar o crescimento sustentável e desenvolvimento da economia. Mas para um entendimento acerca da desindustrialização prematura ou não, é necessário realizar uma análise de outras questões, que irá ocorrer no decorrer deste trabalho.

### **3.1.2. A busca pelo emparelhamento**

A dinâmica do crescimento econômico é denominada como “Catching-Up”, sendo um processo no qual os países em desenvolvimento conseguem desenvolver-se, atingindo níveis equivalentes às nações já desenvolvidas. A indústria pode ser o setor que lidera esse crescimento, pois o investimento nela acarretará em diversos benefícios, de acordo com Lamônica e Feijó (2011, p. 132):

O “catching-up” só ocorrerá quando a especialização da indústria se der no sentido de uma produção com maior valor adicionado, maior conteúdo tecnológico e mais dinâmico no sentido de transbordamento — “spillover” — de seus efeitos para outros setores da economia.

Uma nação em desenvolvimento irá emparelhar com as já desenvolvidas quando a desindustrialização ocorrer de maneira natural, e não precoce. Será possível observar uma diminuição no nível de emprego industrial e absorção deles pelo setor de serviços e aumento constante dos níveis de renda per capita

A renda per capita<sup>1</sup> também é um importantíssimo item a ser analisado para se entender a naturalidade ou não do processo de desindustrialização: assim que o país atingir níveis plenos de industrialização, a população já teria sua necessidade essencial por bens de consumo atendidas e possuiriam um nível de renda mais elevado, com o qual a elasticidade renda da demanda por produtos fabricados pela indústria diminuirá, e a busca por serviços será maior. As tabelas 10 e 11 demonstram o comportamento do PIB per capita no país e Região.

Tabela 10 - Porcentagem de participação da indústria e serviços no PIB e nível de renda per capita no Brasil, de 2010 a 2017.

	<b>Indústria</b>	<b>Serviços</b>	<b>Renda per capita</b>
2010	23,27%	43,77%	R\$ 19.938,57
2011	23,10%	43,90%	R\$ 22.259,88
2012	22,13%	45,19%	R\$ 24.278,35
2013	21,22%	45,68%	R\$ 26.657,56
2014	20,47%	47,12%	R\$ 28.648,67
2015	19,36%	47,54%	R\$ 29.466,80
2016	18,35%	48,13%	R\$ 30.558,68
2017	18,18%	48,14%	R\$ 31.833,46

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Tabela 11 - Porcentagem de participação da indústria e serviços no PIB e nível de renda per capita no Grande ABC, de 2010 a 2017.

	<b>Indústria</b>	<b>Serviços</b>	<b>Renda per capita</b>
2010	31,35%	41,19%	R\$ 37.714,20
2011	29,46%	43,04%	R\$ 41.079,51
2012	26,73%	45,13%	R\$ 41.911,43
2013	25,27%	46,46%	R\$ 44.076,43
2014	24,84%	48,08%	R\$ 43.762,00
2015	21,51%	51,53%	R\$ 40.403,39

<sup>1</sup> Apesar de não ser indicado utilizar a renda per capita como único medidor de desenvolvimento econômico de um país, devido a sua inabilidade de mensurar, por exemplo, os níveis de desigualdade social, é um fator importante para analisar a elevação ou não da renda dos habitantes.

2016	23,43%	52,68%	R\$ 40.943,23
2017	23,08%	52,29%	R\$ 42.516,14

Fonte: Elaboração própria a partir de dados divulgados pelo IBGE, 2020.

Ao analisar os dados, é possível afirmar que o PIB per capita, tanto do país como do Grande ABC, registrou constantes aumentos. Mas apesar dos acréscimos, pode ocorrer aquilo que é chamado de “armadilha da renda média”.

Na conjuntura de desindustrialização prematura, a mão de obra já seria relativamente cara – muitas das oportunidades de emprego industrial exigem alto nível de qualificação, acarretando em ofertas salariais maiores – reduzindo sua competitividade no mercado de bens de baixo valor agregado. Além disto, os setores de comércio e serviços ainda não teriam atingido um nível de sofisticação estrutural suficiente para competir em setores de bens e serviços de alto valor agregado. (ZAGATO, et al; 2019).

Embora a mera ênfase sobre os recursos naturais e produtos agrícolas possa ajudar as economias a atingir um nível de renda médio, isso não basta para garantir o bem estar econômico no longo prazo. A especialização em exploração de recursos naturais e produtos baseados em mão de obra barata tende a impor uma armadilha estrutural para o desenvolvimento que solapa suas perspectivas de desenvolvimento no longo prazo; a especialização em produtos de alto valor agregado e intensivos em conhecimento parece ser a estratégia adequada para a criação de bem estar econômico. (Chang e Lin, 2009 apud ZAGATO, et al; 2009).

A Coréia do Sul é um dos países apontados por ter conseguido emparelhar-se com as economias desenvolvidas: em menos de cinquenta anos, se transformou de uma pequena economia rural em um dos países mais tecnologicamente avançados do mundo - isto ocorreu através da implantação de políticas industriais.

Para realizar uma comparação entre economias que utilizam diferentes moedas, é utilizado o método da Paridade do Poder de Compra (PPC)<sup>2</sup>. É possível observar abaixo o

---

<sup>2</sup> Em inglês, Purchasing Power Parity (PPP). É um método que procura remover as distorções causadas pelas diferentes taxas de câmbio, custos de vida e rendimentos da população. A sua utilização é mais recomendada do que simplesmente converter as moedas dos países em Dólar americano e realizar a comparação.

comportamento da renda média per capita entre o Brasil e Coréia entre os anos de 2002 a 2017.

Tabela 12 - PIB per capita pela PPC do Brasil e Coréia do Sul, de 2002 a 2017.

	<b>Brasil</b>	<b>Coréia do Sul</b>
2002	11,599.55	22,997.19
2003	11,585.29	23,549.37
2004	12,106.29	24,605.54
2005	12,351.60	25,516.82
2006	12,701.73	26,697.03
2007	13,333.61	28,013.71
2008	13,874.21	28,588.37
2009	13,724.10	28,642.84
2010	14,619.51	30,352.11
2011	15,061.95	31,228.51
2012	15,214.76	31,776.90

Continua

	<b>Brasil</b>	<b>Coréia do Sul</b>
2013	15,535.63	32,548.71
2014	15,480.87	33,425.69
2015	14,807.20	34,177.66
2016	14,200.31	35,020.41
2017	14,236.01	35,938.38

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TheGlobalEconomy.com, 2020.

Nota: Os valores presentes na tabela estão contabilizados em Dólar (US\$).

Ao comparar o desempenho, é notável uma constante queda na renda per capita pelo PPC do Brasil, enquanto que no país asiático o acréscimo foi contínuo. Uma explicação para isto é o grande foco da pauta exportadora brasileira ter sido os produtos primários e a sul-coreano os produtos manufaturados mais tecnológicos.

Os valores ressaltam a desindustrialização prematura que está havendo no Brasil: mesmo com o sucessivo aumento de sua participação nacional, o setor de Serviços não está aprimorado o bastante para sustentar o crescimento da Renda e desenvolvimento econômico.

### 3.1.3. A relação da indústria com as exportações

Uma questão muito importante a ser observada é o comportamento individual de cada subsetor industrial - que é possível ser dividido em duas grandes classificações: indústria extrativa e indústria de transformação – e suas respectivas participações nas exportações.

A indústria extrativa tem relação com o extrativismo, cujo objetivo é abastecer os outros subsetores industriais com as matérias primas necessárias para a realização de suas atividades. São exemplos: indústria madeireira, produção mineral, extração de petróleo e carvão mineral.

A indústria de transformação é a responsável pela alteração das matérias primas obtidas em bens utilizados pela humanidade. Esta é atividade industrial de maior destaque e, conforme os tipos de bens e finalidade para a qual são produzidos, é classificada em três tipos: indústrias de bens de produção, indústrias de bens intermediários e indústrias de bens de consumo.

Em um mundo cada vez mais conectado, os países relacionam-se uns com os outros nas mais diversas áreas. Um dos frutos destas relações é o comércio internacional - conjunto de operações comerciais realizada entre os países.

Perante a necessidade de honrar suas contas externas – situação em que o saldo do BP encontra-se zerado ou positivo – as nações adotam diferentes ações para arrecadar uma quantia de Dólar americano maior do que a gasta, e as operações comerciais internacionais é uma delas. A partir disto, o país exporta bens e serviços com o objetivo de acumular divisas.

A indústria extrativa, caso seja o grande foco de investimentos do país, pode fazer com que ele se torne refém das variações do comércio internacional: a comercialização de bens primários possui mais tendência a sofrer níveis maiores de volatilidade em sua demanda.

A outra grande classificação do setor industrial, a de transformação, confecciona bens cuja demanda é mais inelásticas às variações do comércio internacional.

Entre as teorias sobre desenvolvimento econômico, existem aquelas que indicam as exportações como um caminho para potencializar este processo. Os países em desenvolvimento deveriam exportar bens que sejam menos sensíveis à variações em sua

demanda pois, caso haja um saldo negativo em transações correntes<sup>3</sup>, será necessária um saldo positivo na conta capital e financeira. Caso isto não ocorra, o governo deverá gastar suas reservas internacionais.

Nos países em desenvolvimento, quando estão em períodos de expansão econômica, haverá o crescimento do consumo (C) e investimento (I) e, ao a indústria nacional não ser capaz de atender toda a demanda, principalmente por não produzir internamente todos os bens procurados, os agentes buscarão no mercado externo aquilo que necessitam, e assim os níveis de importação (M) aumentarão.

Caso os bens primários sejam o principal item exportado pelo país e o comércio internacional não esteja favorável no momento, com o constante acréscimo de M, haverá grandes chances deste ser maior que os níveis de exportação (X), e assim a Conta Corrente registrar um saldo negativo.

Comumente, a quantia movimentada em Transações Correntes é superior a existente na Conta Capital e Financeira, o que irá gerar a necessidade de o governo atuar: em um primeiro momento, pode ser que ele dê conta de manter o saldo do BP positivo utilizando suas reservas, mas caso isto ocorra continuamente, são grandes as chances de elas zerarem.

Em um cenário como este, o governo precisará realizar empréstimos internacionais para adquirir divisas para financiar o desequilíbrio no BP, e assim começará a possuir dívida externa. E sem uma indústria de transformação robusta, há grandes chances do país não conseguir exportar bens em uma quantidade o suficiente para manter o saldo positivo no Balanço de Pagamentos e quitar seus empréstimos.

Algo muito possível de ocorrer é o governo começar a adotar medidas para diminuir o consumo e investimento, o que acarretará em diminuição nos níveis de importação. Mas com a retração de C e I, o país tenderá a entrar em recessão econômica. Um modelo de crescimento insustentável, em que o país sabota a si próprio.

De acordo com Lamonica e Feijó (p. 119, 2011):

---

<sup>3</sup> Entre as contas que compõem o Balanço de Pagamentos, há a Transações Correntes ou Conta Corrente. Ela possui diversos itens, uma das principais é a Balança Comercial, que é o resultado da subtração do volume de importações do total de exportações.

A importância dada às exportações explica-se não só pelo fato de ser um componente da demanda cujo crescimento induz o crescimento do produto, mas também por representar fonte de divisas e, portanto, de capacidade de importação aliviando a restrição externa.

O principal argumento de Kaldor que resgatamos neste trabalho é o de que para a economia brasileira crescer a taxas mais elevadas em um contexto de abertura econômica é necessário reduzir a restrição externa, o que só é possível com a transformação na estrutura industrial no sentido de elevar a competitividade das exportações.

Alguns acontecimentos nas últimas décadas da história brasileira retratam os conceitos supracitados: alterações na estratégia de desenvolvimento econômico, maiores níveis de investimento na indústria extrativa e aumento da participação desta em X, aquisição de divisas através de empréstimos, entre outros.

### **3.2. As causas da desindustrialização do Brasil**

Entre os motivos mais apontados para a desindustrialização no Brasil estão a crise da dívida de 1980, a abertura comercial e financeira na década de 1990 e a doença holandesa. Esses acontecimentos serão mais detalhados a seguir.

#### **3.2.1. Crise da dívida de 1980**

Em 31 de março de 1964, foi realizado o golpe que despôs o então presidente, João Goulart. A partir disso é instaurado no país um regime militar que durou até 1985. Este foi um período marcado pela restrição do direito ao voto e a participação popular e reprimiu com violência todos os movimentos de oposição.

O marechal Castello Branco esteve à frente do primeiro governo militar (1964-1967), entre suas principais medidas econômicas implementadas estão o PAEG - um conjunto de ações inspiradas em ideias ortodoxas que buscavam a estabilização do preço e contas públicas – e reformas estruturais, como as dos sistemas financeiro e tributário.

Após alguns anos de medidas restritivas, o governo entendeu que era necessário alterar o foco e procurar impulsionar o consumo e investimento, investir no desenvolvimento do país. Então em 1968, é lançado o I PND.

Entre os anos de 1968-73, o país vivenciou um período que ficou conhecido como “milagre econômico”, pois ocorreu crescimento do PIB com a redução das taxas de inflação e com a total eliminação dos déficits do balanço de pagamento.

As exportações e importações também cresceram vigorosamente no período de 1968-73, a taxas acumuladas de, respectivamente, 275% e 330%. O crescimento das exportações foi liderado pelos bens manufaturados (+639%) e, quanto à composição das receitas, pelo aumento do quantum (volume físico) (+109%), embora a contribuição dos preços (em dólares) das mercadorias exportadas pelo Brasil também tenha sido significativa (+77%). A expansão das importações teve um perfil semelhante, com maior crescimento dos volumes (+177%) que dos preços (+54%). (GIANBIAGI, et al; 2011, p. 67).

Alguns contrapontos a serem observados são que (i) entre as medidas do Paeg, estava uma alteração na legislação sobre investimento estrangeiro no país, facilitando a remessa de lucro ao exterior – o objetivo era tornar o mercado brasileiro mais atrativo na captação de IED (GIANBIAGI, et al; 2011) – e (ii) os investimentos ocorridos no país durante o milagre foram financiados em grande através da aquisição de empréstimos internacionais.

Devido ao aumento das despesas com juros e remessas de lucros ao exterior, o déficit em conta corrente saltou de US\$276 milhões em 1967 para US\$2,1 bilhões em 1973. O crescimento durante o milagre foi sustentado graças ao ingresso de capital estrangeiro ocorrido através da realização de empréstimos, que teve como consequência a elevação da dívida externa bruta brasileira: saltou de US\$3,4 bilhões para US\$14,9 bilhões no mesmo período — um aumento de 332%. (GIANBIAGI, et al; 2011, p. 68).

O milagre econômico foi conduzido pelo setor industrial, mais especificamente pela indústria de bens de consumo. Durante o período, o desenvolvimento da estrutura produtiva de bens de capital ocorreu de maneira bem mais tímida, e para atender a demanda interna o país importava os equipamentos e maquinários necessários. Outro fato a ser

apontado é que o desenvolvimento da estrutura produtiva no país o tornou necessitante da utilização do petróleo, que também era importado.

Em 1973, ocorre o que ficou conhecido como o “primeiro choque do petróleo”: os países membros da OPEP elevaram significativamente o preço do insumo no mercado internacional, passando de US\$2,48 em 1972 para US\$3,29 em 1973, e continuou subindo gradualmente até US\$13,60 em 1978. (GIANBIAGI, et al; 2011).

Após alguns anos de alívio no cenário externo advindo da entrada de divisas na forma de “petrodólares” - os países membros da OPEP investiam os lucros obtidos pela exportação de petróleo em países que poderiam fornecer maior lucro financeiro, devido a possuírem maiores taxas de juros – o Brasil voltou a sofrer um novo golpe em sua saúde financeira internacional.

Em meio a um cenário de baixo crescimento e restrição externa, o governo Geisel decide implementar uma nova rodada de investimento e, com o objetivo de financiar as obras que seriam realizadas através do II PND, o país fez novas empréstimos internacionais.

Em 1979, a OPEP determina um novo aumento no preço internacional do barril de petróleo, passando de US\$13,60 em 1978 para US\$30,03 em 1979 e atingindo US\$35,69 no próximo ano.

Motivado pela instabilidade econômica internacional, causada principalmente pelo II choque do petróleo, o FED elevou as taxas de juros americanas. “Paul Volcker presidente do Banco Central Norte Americano, ordenou uma abrupta elevação nas taxas de juros, saindo da média 12,88%, para 20,18% ao ano.” (COLOMBO, FELIPE e SAMPAIO; 2019, p. 11).

Esses acontecimentos fizeram com que com os níveis de exportação no Brasil caíssem, a dívida externa brasileira aumentasse de maneira significativa e a contratação de novos empréstimos por parte de países inadimplentes internacionalmente, como o Brasil, fosse muito dificultada.

O segundo PND (1974-1979), além dos empréstimos contratados, teve uma série de investimentos originados por expansão fiscal e monetária. Os objetivos de desenvolvimento da estrutura produtiva e crescimento foram, de maneira geral, alcançados ao

longo dos anos – o PIB apresentou um crescimento médio de 6,7% no período - mas ao custo de uma altíssima inflação – em 1976, ela atingiu o nível de 46% - e dívida externa.

Devido a impossibilidade de realizar novos empréstimos e o início de um período marcado por políticas contracionistas visando o combate à inflação, o desenvolvimento da indústria de transformação foi muito contido. “Nesta situação se apresentava inviável qualquer tipo de política industrial, o que marcou o início do processo de desindustrialização vivido pelo Brasil.” (COLOMBO, FELIPE e SAMPAIO; 2019, p. 11).

No plano econômico, o período de 1974-84 marca o auge e o esgotamento do modelo de crescimento vigente no país desde os anos de 1950, isto é, do modelo de industrialização por substituição de importações (ISI), comandada pelo Estado (através de investimentos e crédito públicos) e fortemente apoiada no endividamento externo. (GIANBIAGI, et al; 2011, p. 74).

O período entre 1980-1989, a partir de uma visão mais econômica, é considerada como uma década “perdida”, pois ao longo dos anos o país foi assombrado pelo aumento da inflação, baixo crescimento e descontrole da dívida externa.

### **3.2.2. Abertura comercial e financeira**

Ao longo do século XX, principalmente entre as décadas de 1930-1980, foram adotadas pelos governos brasileiros diversas medidas – em alguns momentos mais protecionistas, como na Era Vargas, já em outros, nem tanto - buscando eliminar a restrição externa<sup>4</sup> e desenvolver a economia nacional, principalmente através dos ganhos de produtividade do setor industrial. Mas essas ações culminaram em altas nos níveis inflacionários e descontrole da dívida externa.

Em 1990, Fernando Collor assumiu o cargo de Presidente da República - o primeiro eleito diretamente desde a instituição do regime militar - em um cenário de

---

<sup>4</sup> Caso haja a chance do BP possuir um saldo negativo, o país adota uma série de medidas para impedir isto, mas costumam limitar a expansão econômica. O crescimento econômico do país é restringido pela sua incapacidade de manter as contas externas positivas.

descontrole da inflação, que após uma série de medidas realizadas ao longo dos anos 80 por diferentes governos, ainda continuava.

Entre as ações realizadas por Collor, ocorreu a intensificação do processo de abertura econômica<sup>5</sup> do país através da redução das tarifas de importação e eliminação de várias barreiras não-tarifárias.

No período 1991-1993, eliminaram-se, inicialmente, as BNTs e os regimes especiais de tributação, sendo implementado, posteriormente, um cronograma — previamente anunciado — de redução gradual das tarifas de importação. (CORSEUIL, et al; 2003, p. 12).

O objetivo da abertura econômica, como ferramenta para conter a inflação, era pressionar os preços interno para baixo com o aumento da concorrência e investimento estrangeiro direto.

A redução gradual das tarifas de importação acabou não ocorrendo, devido ao governo acreditar que era necessário estimular mais rapidamente a competição interna como mecanismo de controle de preços. As duas últimas etapas do processo, que estavam previstas para ocorrer em janeiro de 1993 e 1994, foram antecipadas para outubro de 1992 e julho de 1993, respectivamente. (CORSEUIL, et al; 2003).

Ao levar-se em conta as hipóteses de concorrência perfeita em todos os mercados é possível demonstrar que a liberalização do comércio internacional aumenta a eficiência e a capacidade de produção da economia. Mas não é possível garantir que todos terão melhorias de bem-estar com a liberdade de comércio. Para alguns segmentos, a abertura comercial pode acarretar na diminuição de salários ou rendimentos. (CORSEUIL, et al; 2003).

Ainda abordando-se a temática inflacionária no Brasil, é necessário citar as ações realizadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Fernando Henrique Cardoso, que havia composto a equipe econômica durante o governo Itamar Franco, assume a presidência do país em 1995. FHC participou do processo

---

<sup>5</sup> Vale ressaltar que o abrimento da economia brasileira já havia sido iniciada no mandato de José Sarney (1985-1990), mas as medidas adotadas a partir do governo Collor elevaram o grau de abertura.

de elaboração e implementação do Plano Real, que entrou em vigor no dia 01 de julho de 1994.

O Plano Real tinha como grande objetivo a estabilização inflacionária, ele teve três etapas: ajuste fiscal, implementação da Unidade Real de Valor (URV) e adoção do Real como a nova moeda oficial do país.

O Plano obteve sucesso no controle da inflação, ao contrário do que ocorria anteriormente, as taxas de variação anual dos preços caíram de 1995 a 1998. (GIANBIAGI, et al; 2011). O grande problema foram os outros efeitos causados pelas medidas adotadas: crescimento constante do desequilíbrio externo e uma séria crise fiscal.

Inicialmente, com a inserção do Plano Real, o Brasil operava com um regime cambial fixo, no qual R\$ 1,00 equivalia a US\$ 1,00 – a intenção era estimular o aumento das importações, que seria mais uma aliada no combate à alta dos nível inflacionário - mas para isto ocorrer, era necessário que o BC atuasse constantemente comprando e vendendo moeda estrangeira.

Como era necessário que o Banco Central utiliza-se constantemente as reservas internacionais do país, foi realizada uma leve flexibilização no regime cambial, então o país passou a adotar o regime de bandas cambiais.

Banda cambial é um tipo de regime cambial no qual a autoridade monetária do país se compromete a assegurar que a variação da taxa de câmbio ocorra dentro um intervalo com cotações mínima e máxima. Quando necessário, a autoridade intervém para que os limites estabelecidos não sejam transgredidos.

Próximo ao fim da primeira metade da década de 90, o México começou a passar por uma crise econômica que levou a uma drástica desvalorização de seu Balanço de Pagamentos.

Em junho de 1994, o Brasil possuía US\$43 bilhões de reservas internacionais e, como combinação do crescimento da demanda agregada e da redução da entrada de capitais associada ao ambiente externo, a quantia já havia sido reduzida para US\$32 bilhões em abril de 1995. (GIANBIAGI, et al; 2011, p. 167).

Perante ao cenário de incerteza quanto aos países em desenvolvimento, FHC elevou a taxa de juros como uma maneira de obter divisas através do investimento estrangeiro - este atraído pela alta rentabilidade das aplicações em moeda local. Também foi realizado pelo governo uma série de valorizações cambiais, com o objetivo de diminuir a produção interna de alguns itens e incentivar a importação, diminuindo o potencial de aumento da inflação.

A manutenção da alta valorização do Real (R\$) perante o Dólar (US\$) ao longo dos anos encorajou a importação, que registrou entre os anos de 1995-97 um aumento anual médio de 21,8%, enquanto que as exportações registram apenas 6,8% a.a. (GIANBIAGI, et al; 2011, p. 169).

O déficit na Conta Corrente era financiado através da contratação de novos empréstimos e a entrada de capitais na forma de investimento direto estrangeiro (IDE), a acumulação de estoques de passivos externos implicava pagamentos crescentes de juros e de lucros e dividendos. O resultado é que o déficit de serviços e rendas praticamente dobrou no primeiro governo FHC. Devido ao aumento das importações e à maior despesa associada ao passivo externo, o déficit em conta corrente — que fora de apenas US\$2 bilhões em 1994 — ultrapassou US\$30 bilhões em 1997. (GIANBIAGI, et al; 2011, p. 169).

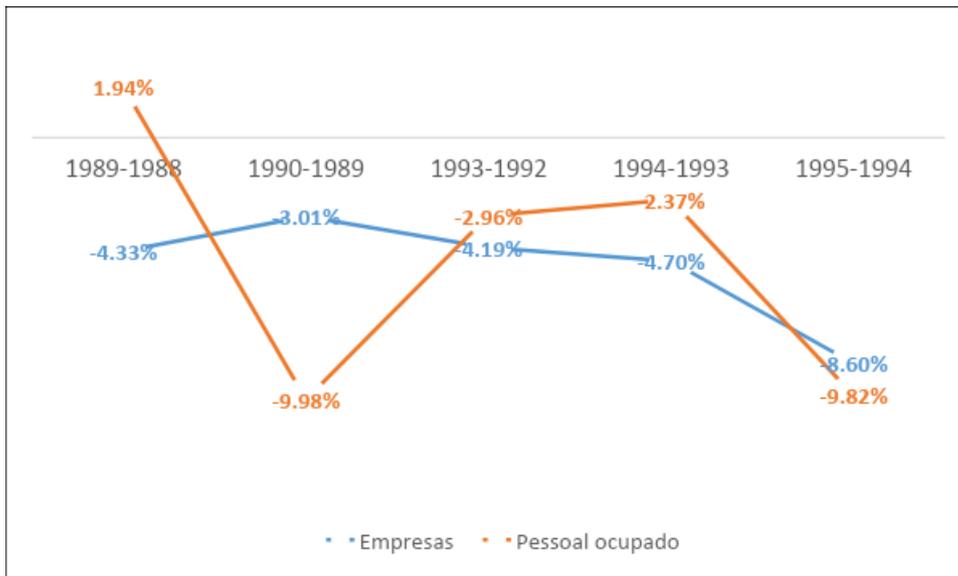
A elevação dos juros tiveram muito peso na deterioração na dívida pública - deflacionando a taxa de juros básica (Selic) pelo IPCA, foi de 22%, em média, nos quatro anos 1995-1998.

A abertura econômica, além não ter sido realizada no momento mais propício em relação à entrada de novas empresas - principalmente o pequeno e médio empresário, não estavam devidamente preparados – ocorreu a financeirização da economia, com o sistema financeiro tendo cada vez mais peso no país.

Devido a competição acirrada com o mercado externo após a rápida abertura comercial várias unidades industriais, principalmente produtoras de peças e insumos perderam espaço sendo substituídas por concorrentes estrangeiras. Isso por sua vez acabou gerando o processo de “quebra elos” nas cadeias produtivas, agravando a dependência do setor externo, ou seja, a indústria nacional passou a depender cada vez mais de importações para a produção ser possível. Este processo traz como consequência, uma menor capacidade de agregar valor por parte da indústria de manufatura brasileira. Embora o processo de quebra de elos não represente necessariamente o encerramento de atividades em unidades industriais ele apresenta

caráter nocivo para o desenvolvimento econômico. (COLOMBO, FELIPE e SAMPAIO, 2019, p. 11).

Gráfico 12 - Variação percentual da quantidade de empresas cadastradas e pessoal ocupado no setor industrial no Brasil em relação ano anterior durante o período de abertura econômica.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Nota: Não houve distinção entre os subsetores industriais.

### 3.2.3. A doença holandesa

É um termo que faz referência ao fenômeno econômico ocorrido na Holanda, onde uma imensa reserva de gás natural foi descoberta e o país preferiu a exportação deste produto, de baixo valor agregado, devido a sua facilidade de produção em relação aos produtos manufaturados. (COLOMBO, FELIPE e SAMPAIO, 2019). Como consequência, o país apresentou uma significativa apreciação cambial e a indústria manufatureira foi seriamente ameaçada.

A utilização do termo explicado acima ocorre quando se é necessário exemplificar situações em que a elevação da receita advinda de commodities exportadas valoriza a moeda local e ocorre a desindustrialização da produção manufatureira, que tem sua competitividade reduzida perante os produtos externos.

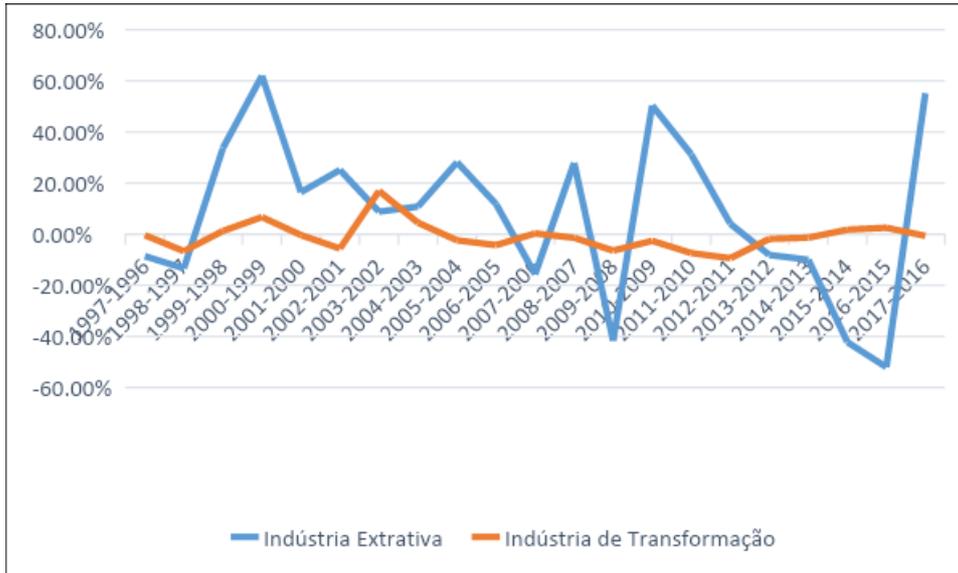
Em um cenário no qual existe uma queda de participação da indústria de transformação no PIB, ao mesmo tempo em que a balança comercial de commodities passa a ser cada vez mais superavitária e, a de produtos manufaturados passa a ser cada vez mais deficitária, é um sinal de que a desindustrialização ocorre devido a existência de doença holandesa.

A grande dificuldade proveniente aos países que sofrem da doença holandesa está presente na vulnerabilidade às flutuações dos preços externos que ela proporciona. Em períodos de prosperidade no cenário econômico mundial, o país pode obter ótimos resultados motivados pela exportação de altas quantidades de bens primários. Mas já em momentos de recessão na economia global, os resultados serão muito fracos.

O desenvolvimento da doença holandesa no Brasil é complexo, pois ela não foi originada pela descoberta de recursos naturais ou pelo desenvolvimento do setor de serviços – que deveria possuir uma forte participação nas Transações Correntes - mas sim principalmente devido a uma drástica mudança no seu regime de política econômica. Basicamente, ela resultou do drástico processo de liberalização comercial e financeira no contexto de um processo radical de mudança institucional, o que levou a uma intensa reversão da sua pauta prévia de industrialização por substituição de importações. (PALMA, 2005, p. 20).

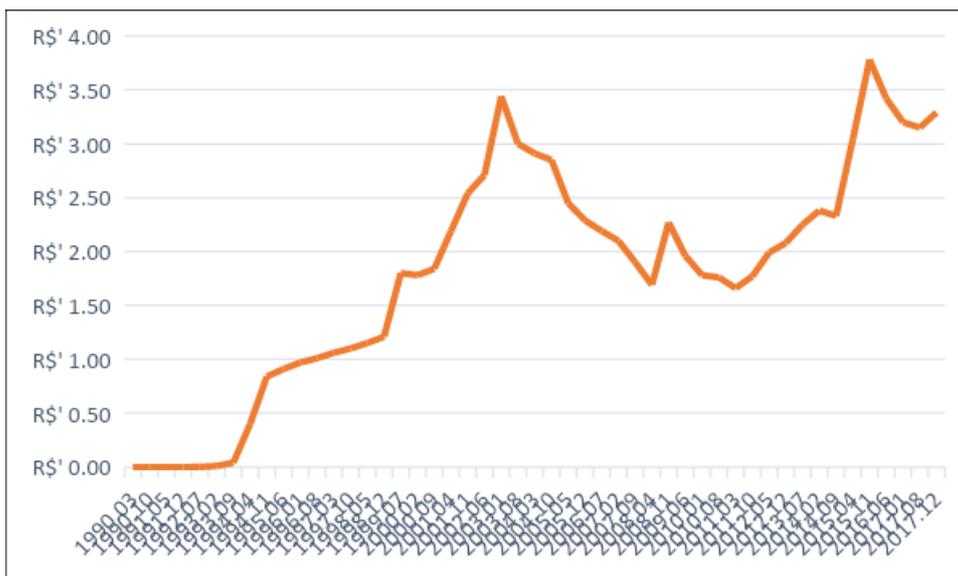
É possível afirmar que na última metade da década de 1990 e ao longo do século XXI o país está sofrendo de doença holandesa, que é evidenciada pelos níveis de redução de atividade da indústria de transformação e aumento da indústria de extração e a valorização do Real perante o Dólar americano, movimentos ilustrados a seguir nos gráficos 13, 14, 15 e 16.

Gráfico 13 - Variação percentual em relação ao ano anterior da participação dos subsetores industriais no PIB do Brasil, de 1996 a 2017.



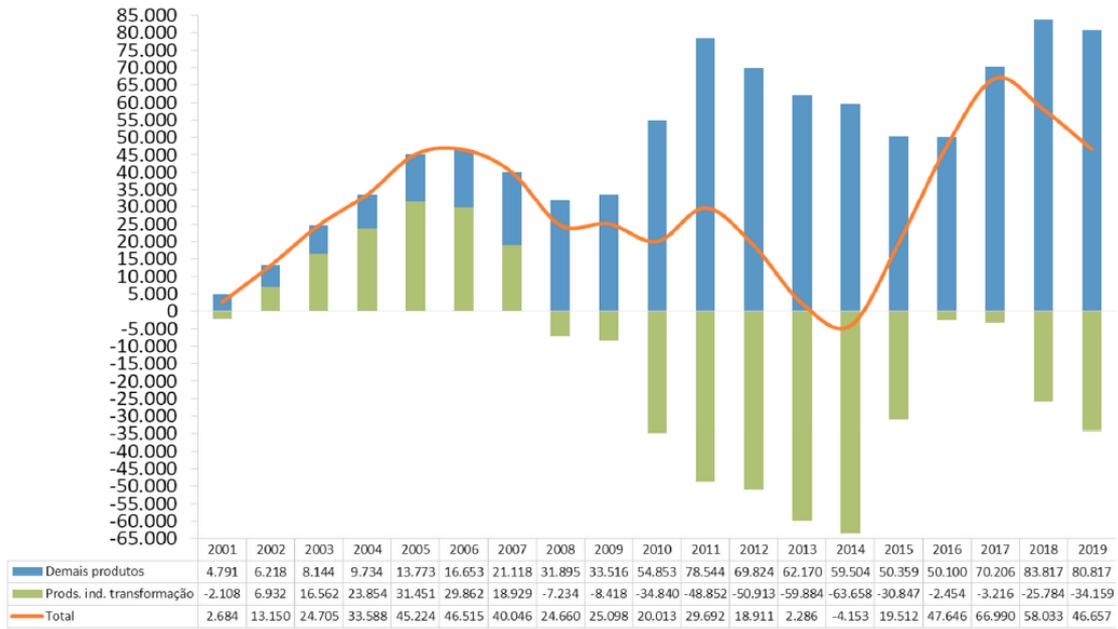
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

Gráfico 14 - Evolução da taxa de câmbio nominal no Brasil, de 1990 a 2017.



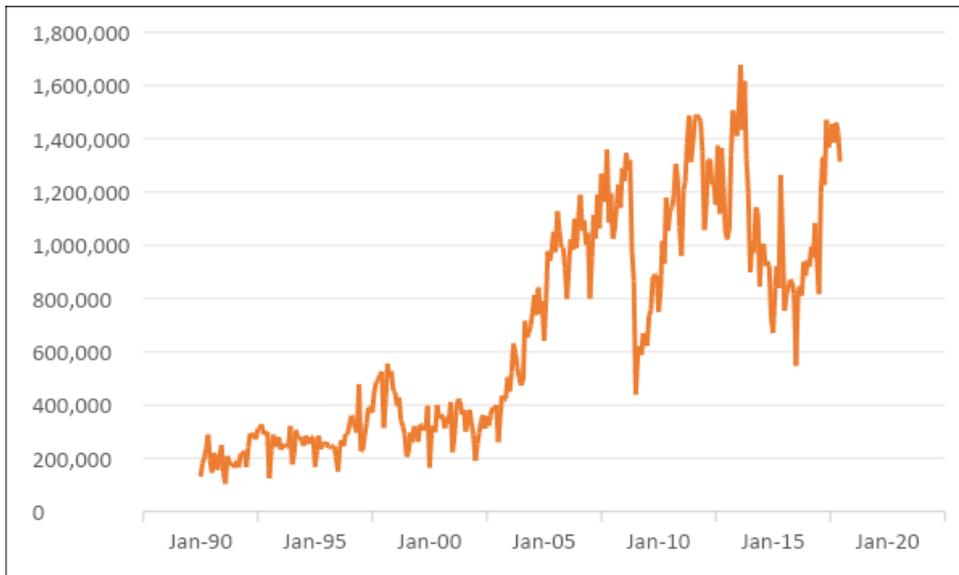
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA, 2020.

Gráfico 15 - Participação da indústria de transformação na Balança Comercial brasileira, de 2001 a 2019.



Fonte: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), 2020.

Gráfico 16 – Valor exportado pela indústria automobilística nacional, de 1990 a 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ANFAVEA, 2020.

Nota: Os valores estão contabilizados em Dólar americano (US\$) e devem ser multiplicados por mil.

### **3.3. Motivações para a saída das empresas e diminuição da oferta de emprego no setor industrial na Região**

Como já descrito, o ABC Paulista foi um dos grandes concentradores de unidades indústrias – principalmente do setor automobilístico – no país.

Se acontecimentos considerados mais macroeconômicos atingem o Grande ABC, também é possível citar algumas questões em nível microeconômico. Entre elas, podemos destacar a consolidação do sindicalismo, guerra fiscal, reestruturação produtiva, especulação imobiliária e falta de diversificação.

#### **3.3.1. A consolidação do sindicalismo**

Matéria publicada em dezembro de 2019 no “G1” aponta que o Relatório de Desenvolvimento Humano divulgado pela ONU, considerando o período de 2010 a 2017, revelou que o Brasil é o segundo país no mundo com maior nível de desigualdade social, estando atrás apenas do Catar.

No Brasil, o 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país (no Catar essa proporção é de 29%). Ou seja, quase um terço da renda está nas mãos dos mais ricos. Já os 10% mais ricos no Brasil concentram 41,9% da renda total. (G1, 2019).

A grande disparidade entre as quantias monetárias possuídas pelas diferentes classes sociais resulta em diversos males ao país, como os baixos níveis de salários, alta rotatividade de trabalhadores e baixa qualificação da mão de obra.

Os males causados pelo elevado nível de concentração de renda no Brasil não estão presentes apenas nos dias atuais, mas sim ao longo de quase toda a história do país. Os detentores do fator de produção trabalho, perante a necessidade de valorizar sua mão de obra e defender seus direitos, se organizam em grupos e realizam ações, visando essas reivindicações. Movimentos como esses são chamados de “sindicatos” e podem ser encontrados em diversos momentos da história brasileira.

Durante o regime militar, o sindicalismo foi bastante represado, levando ao decréscimo de suas unidades existentes, ficando novamente sob o controle do governo. As constantes desvalorizações do salário e enfraquecimento do poder da participação popular incentivaram um movimento de resposta por parte dos empregados.

Em 1978, cerca de 2 mil metalúrgicos realizaram paralizações nas fábricas de caminhões da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo. A principal reivindicação era o aumento salarial, pois a política de revisão de salários em conjunto com os altos índices inflacionários da época causavam um arrocho dos salários. O movimento se alastrou para outras empresas, como a Ford, Mercedes-Benz e Volkswagen.

Em 1980, uma nova greve ocorreu em SBC, durando 41 dias e mobilizando 300 mil metalúrgicos. No Brasil não havia greves desta dimensão desde 1968, entre as lideranças dos movimentos sindicais se destacou Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e um dos principais líderes do futuro Partido dos Trabalhadores (PT).

Acontecimentos como a redemocratização e a Constituição de 1988 trouxeram mais liberdade ao movimento sindical: acabaram-se a lei de enquadramento sindical e a necessidade de autorização do Ministério do Trabalho para o funcionamento de um sindicato. Os servidores públicos também conquistaram o direito à sindicalização.

Foram fundados ao longo dos anos 80 diversas organizações, por exemplo: Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986, representando 650 sindicatos e 1,5 milhões de trabalhadores, principalmente os de processamento de dados; Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1988, unindo mais de mil sindicatos ligados aos transportes, telecomunicações, televisão, saúde e informática; Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, congregando mais de três mil sindicatos dos segmentos metalúrgico, químico e bancários; União Sindical Independente (USI) em 1985, representando mais de mil sindicatos do setor comerciário; Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) em 1995, representando cerca de 3,5 milhões de trabalhadores do setor público, saúde, vestuário, têxtil e profissionais liberais ligados a aproximadamente 800 sindicatos; e a Força Sindical (FS) em 1991, representando mil sindicatos associados a 12 milhões de trabalhadores dos segmentos da construção civil, comerciários e outras. (MARRAS, 2001, p. 51 apud JÚNIOR, 2008, p. 45).

Com uma melhor organização e mais fortalecidos, a década de 1990 foi um período marcado por uma grande quantidade de paralizações. Dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apontam em 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997 ocorrem respectivamente 557, 653, 1034, 1056, 1258 e 630 greves – levando em consideração as realizadas tanto na esfera pública como a privada. (JÚNIOR, 2008, p. 46)

Entre os principais motivos das reivindicações estavam as remunerações, os direitos, o emprego, a participação nos lucros e resultados. Os relatórios mensais do DIEESE apontam que a maioria das paralizações ocorreram no Grande ABC e na RMSP (JÚNIOR, 2008).

As pressões originadas pelos sindicatos levaram à diminuição da absorção da mão de obra e migração de empresas instaladas na Região do ABC para outros locais, o que acarretou na redução de unidades de produção e oferta de empregos no setor industrial.

Na primeira década dos anos 2000, as greves no setor industrial ocorreram em menor quantidade. E quando comparadas com os movimentos das décadas de 1980 e 1990, que foram períodos mais intensos, é possível visualizar este grande decréscimo.

Tabela 13 - Quantidade de paralizações ocorridas nos setores industrial e serviços, de 2002 a 2017.

	<b>Indústria</b>	<b>Serviços</b>
2002	76	94
2003	83	96
2004	66	72
2005	85	71
2006	86	79
2007	90	75
2008	150	91
2009	160	136
2010	114	95
2011	147	105
2012	346	138
2013	599	622

2014	435	711
2015	353	735
2016	330	787
2017	201	623

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DIEESE, 2020.

Nota: Foram consideradas as greves ocorridas nas esferas pública e privada.

A partir de 2013, a maior ocorrência de greves começa a ser no setor de serviços. Os grandes protagonistas das mobilizações passaram a ser os terceirizados que atuam em empresas contratadas pelo setor privado – como vigilantes, recepcionistas e encarregados de limpeza – e os terceirizados de empresas contratadas pelo poder público, como trabalhadores em coleta de lixo e limpeza pública, rodoviários do transporte coletivo urbano, enfermeiros e outros profissionais das Organizações Sociais de Saúde (OSS). (DIEESE, 2019).

Atualmente, as reivindicações pelos sindicatos, entre eles o de metalúrgicos, um dos mais robustos, estão menos intensos: em tempos de crise econômica e desemprego, o principal objetivo de ocorrência de paralizações dizem respeito à manutenção de salários e empregos.

Assim, as informações reveladas pelas greves dos trabalhadores permitem resumir a mudança dos cenários econômicos de 2012 a 2018 no contraste entre uma pauta reivindicatória complexa, crescente e *inclusive defensiva*, e a pauta atual - simples, reduzida e *quase somente defensiva*. (DIEESE, 2019, p. 27).

### 3.3.2. Guerra fiscal

É a disputa entre municípios, estados ou países para garantir que empresas e indústrias sejam sediadas em seus territórios. Isso ocorre através de os governos locais concederem benefícios para as empresas, como isenção fiscal, subsídios, entre outros, com a intenção de atrair as organizações. Esta disputa entre os entes federativos nacionais ficou mais acirrada após a promulgação da Constituição (1988), que concedeu maior autonomia aos municípios e estados legislarem sobre suas fontes de receita.

Com a Constituição de 1988, logrou êxito um movimento em prol da maior autonomia fiscal dos Estados e municípios. Na busca pelos investimentos privados,

estas Unidades Federativas (UF) estimularam as empresas a efetuarem o que se pode chamar de “leilão” para definir o Estado e o município que iria sediar suas novas plantas industriais. Este leilão foi vencido por quem ofereceu o maior pacote de benefícios à empresa. Estes benefícios vão desde a isenção, ou postergação nos recolhimentos do ICMS, ou do Imposto sobre Serviços (ISS), até a doação de terrenos, infraestrutura e financiamentos de longo prazo. (NASCIMENTO, 2008, p. 678).

Além das isenções fiscais, os municípios e estados também concedem outros tipos de benefícios, por exemplo: doação de terrenos e áreas industriais, conceder financiamentos para capital fixo e capital de giro sem incidência de juros e correção monetária, construções em rodovias para facilitar o acesso às instalações, entre outras. (CORREIA, 2008).

A concorrência para sediar as empresas é justificada pelos ganhos locais que a instalação da unidade poderá proporcionar geração de empregos e renda, o aumento do valor adicionado ao longo das cadeias produtivas e elevação da receita tributária futura.

As organizações, tendo a possibilidade de instalar sua unidade produtiva em um local no qual haverá a redução de custos e maiores expectativas de lucro, acabam optando pela migração.

Em 1996, o governo baiano iria conceder uma série de benefícios para que a Ásia Motors instala-se sua fábrica no estado, mas isto acabou não ocorrendo – a companhia utilizou as isenções obtidas para importar veículos em condições vantajosas, ao invés de realizar os investimentos previstos, resultando no rompimento do contrato. A Ford, atraída pelas vantagens existentes no município baiano, investiu na construção de uma unidade produtiva e transferiu parte de suas atividades do Grande ABC para a cidade de Camaçari.

É possível observar na tabela 14, que ao longo das aproximadamente últimas quatro décadas as grandes montadoras estão optando por municípios localizados no interior do estado de SP e outras unidades federativas.

Tabela 14 - Locais escolhidos pelas montadoras para instalar suas unidades, de 1980 a 2017.

	<b>Empresa</b>	<b>Cidade</b>	<b>UF</b>
1982	Massey Ferguson	Canoas	RS
1990	Volkswagen	São Paulo	SP
1996	Volkswagen Caminhões e Ônibus	Resende	RJ

1996	Volkswagen	São Carlos	SP
1997	Honda	Sumaré	SP
1997	Volvo	Curitiba	PR
1998	Mitsubishi Motors do Brasil	Catalão	GO
1998	Renault	Curitiba	PR
1998	Toyota	Indaiatuba	SP
1999	Volkswagen-Audi	São José dos Pinhais	PR
1999	General Motors	Mogi das Cruzes	SP
1999	Mercedes-Benz	Juiz de Fora	MG
1999	Renault	Curitiba	PR
2000	Iveco	Sete Lagoas	MG
2000	General Motors	Gravataí	RS
2001	Ford	Camaçari	BA
2001	Peugeot Citroën	Porto Real	RJ
2001	Renault	Curitiba	RS
2002	Nissan	São José dos Pinhais	PR
2007	Hyundai	Anápolis	GO
2008	John Deere	Montenegro	RS
2008	John Deere	Indaiatuba	SP
2009	Peugeot Citroën	Porto Real	RJ
2010	CNH	Sorocaba	SP
2010	Caterpillar	Campo Largo	PR
2012	General Motors	Joinville	PR
2012	Hyundai	Piracicaba	SP
2012	Toyota	Sorocaba	SP
2013	Grupo Navistar	Canoas	RS
2013	Iveco	Sete Lagoas	MG
2014	Nissan	Resende	RJ
2015	Agrale	São Mateus	ES
2016	Jaguar Land Rover	Itatiaia	RJ
2016	Mercedes-Benz	Iracemápolis	SP
2016	Toyota	Porto Feliz	SP

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ANFAVEA, 2020.

Nos anos 1990, a produção industrial continuou desacelerada, com os incentivos fiscais voltados para outras áreas do Estado de São Paulo e outras unidades da federação, além das dificuldades de transporte e dos custos mais elevados do trabalho na região metropolitana de São Paulo. O Grande ABC perdeu várias indústrias, e, hoje em dia, há um grande esforço do setor público e da sociedade para a manutenção das indústrias existentes. (XAVIER, et al; 2007, p. 107).

### 3.3.3. Reestruturação produtiva

As empresas tem um grande objetivo: tornar sua produtividade o mais eficiente e lucrativa possível. Isto ocorre eventualmente através de mudanças em sua estrutura produtiva e introdução de novas tecnologias.

Ao longo da história do setor automobilístico brasileiro, novas concepções de produção e ferramentas tecnológicas foram introduzidas. Na década de 1990, ocorreu uma reengenharia que provocou mudanças significativas nas indústrias: a introdução de uma série de inovações técnicas e organizacionais, como o just in time, que busca minimizar a formação de estoques; a adoção de sistemas tipo kanban, que gerenciam os fluxos de material e componentes; a formação de células de produção; a utilização de equipamentos automatizados, como máquinas-ferramentas CNC e computadores CAD/CAM; programas de qualidade total; a padronização de tarefas; redução dos níveis hierárquicos e maior autonomia dos funcionários/grupos de trabalho, entre outros.

Os contratos de prestação de serviços ou de fornecimento de bens especializados também se tornaram parte estratégica do processo produtivo moderno. As indústrias contratam serviços como segurança, conservação, montagem e manutenção de equipamentos industriais, logística e transportes e serviços de consultoria técnica.

A terceirização no Brasil acompanha a tendência internacional, associada a ganhos em custos e aumento do número de micro e pequenas empresas.

O resultado deste novo processo significa áreas produtivas menores, descentralização e desverticalização da produção, maiores necessidades de circulação, subcontratação e terceirização de atividades, principalmente das atividades-meio.

O avanço tecnológico e a terceirização diminuem a necessidade das unidades produtivas por mão de obra, que inclusive, precisa ser cada vez mais capacitada.

Foram diversos os fatores que contribuíram para a redução dos empregos industriais: o uso de tecnologias “poupadoras” de mão-de-obra, mudanças na gestão empresarial, racionalização dos recursos existentes, redução da área produtiva, uso intensivo de subcontratação e terceirização de atividades industriais. (FERREIRA, 2015, p. 19).

### 3.3.4. Especulação imobiliária

O crescimento urbano de uma região é causado por diversos motivos, entre eles a migração de indivíduos buscando melhores condições de vida e oportunidades de emprego. Durante o desenvolvimento industrial na RMSP, houve um grande número de pessoas que se deslocaram de outras partes do país para a capital paulista e as cidades em seu entorno.

Caso a região que é destino de um fluxo migratório tão intenso como o que ocorreu no Brasil, principalmente durante a década de 1950, não tenha a infraestrutura necessária para o receber, sérios problemas podem acontecer: a falta de moradia para todos os indivíduos resulta na construção de favelas e loteamentos irregulares.

Além da problemática em relação à falta de moradia adequada para todos, o acréscimo na demanda gera aumento no preço do solo.

Em momentos mais atuais, a procura por locais disponíveis no Grande ABC não ocorre em níveis tão intensos como no século anterior, mas continua ocorrendo. Entre os motivos para um local conquistar mais atenção, tanto para fins de moradia como empreendimento, é possível citar a presença de estabelecimentos e meios de transporte e proximidade à vias terrestres, portos e aeroportos.

Em Santo André, uma das cidades com maior nível de presença de indústrias na Região, a maioria das empresas está concentrado em sua faixa central e ao longo das vias terrestres do município. Locais como a Avenida Industrial e a Avenida dos Estados, antes predominantemente ocupadas por indústrias, passaram por transformações urbanísticas: surgem edifícios residenciais de alto padrão e condomínios fechados onde antes existiam fábricas. (FERREIRA, 2015).

O aumento na demanda em combinação com a falta de fiscalização resultam na elevação indiscriminada do preço do solo.

As elevações nos níveis dos preços imobiliários, tornando, por exemplo, o aluguel mais caro, aumentando assim o custo de a empresa manter a sede naquele espaço, principalmente as unidades produtivas de menor porte. O acréscimo no custo do espaço também impacta na decisão da empresa ampliar sua produção.

Com o crescimento urbano de Santo André, várias indústrias viram que suas unidades estavam impedidas de crescer devido a uma série de problemas que iam desde as frequentes inundações, até os crescentes congestionamentos. Acrescenta-se ainda a intensa valorização que os imóveis obtiveram nos últimos anos na cidade de Santo André. Dado que muitos terrenos industriais localizavam-se em áreas consideradas nobres do ponto de vista imobiliário no município, a opção das empresas foi a de vender seus imóveis na cidade. (FERREIRA, 2015, p. 23).

### **3.3.5. Falta de diversificação**

Diversas empresas do setor automobilístico instalaram-se na Região durante a fase mais intensa do processo de industrialização brasileiro, fomentando a economia local através da absorção de mão de obra e consumo de bens e serviços. Apesar da existência de outros ramos industriais no Grande ABC, o setor automotivo sempre foi o protagonista da indústria na Região.

Durante décadas a prosperidade ocorreu, mas o inverso não demorou a ser presenciado: a partir de década de 1980, pelos diversos motivos supramencionados, foi iniciado um movimento de deslocamento das grandes montadoras, deixando o ABC Paulista e se instalando em outras regiões do estado paulista e do país.

A forte dependência da indústria automobilística é um dos grandes motivos para a diminuição da atividade industrial no ABC Paulista.

A entrada de competidores de outros setores, como os de tecnologia, no mercado mundial, desafia as montadoras ao provar que são igualmente capazes de desenvolver o carro do futuro e novos conceitos de transporte.

Se pensarmos, por exemplo, que a indústria automobilística tende a ser objeto de profunda transformação com a dominância da entrada do automóvel elétrico em primeiro lugar, mas posteriormente com a entrada do veículo autônomo, cuja projeção é um pouco mais dilatada, estamos em uma corrida nessa direção. Uma perspectiva plausível é que no futuro a propriedade do automóvel será dispensável. Poderemos chamar um veículo qualquer pelo smartphone e ele nos levará ao aeroporto, sem motorista. (COUTINHO, 2017, p. 6 apud COLOMBO, FELIPE e SAMBAIO, 2019, p. 17).

Um exemplo é o da Ford Motor Company, que durante cerca de 50 décadas realizou uma série de investimentos no ABC Paulista, encerrou no dia 30 de outubro de 2019 as operações na fábrica localizada em São Bernardo do Campo.

Aos poucos, a fábrica de São Bernardo passou a produzir quase que exclusivamente caminhões, à exceção do Fiesta. A operação da Ford deixou de receber investimentos há quatro anos por conta de um processo de enxugamento mundial e reestruturação estratégica: a montadora optou por abandonar a produção de caminhões na América do Sul.

A organização manteve as operações no município baiano de Camaçari – onde são fabricados os modelos de automóvel Ka e EcoSport - e em Taubaté – fábrica de motores -, localizado no interior de São Paulo.

O fechamento da unidade em SBC culminou na dispensa de aproximadamente três mil empregados e impactos negativos diretos e indiretos na cadeia produtiva local.

#### **4. EXPECTATIVAS ACERCA DA INDÚSTRIA NO GRANDE ABC**

Embora a participação do setor industrial estar diminuindo ao longo dos últimos anos, ele ainda possui uma significativa importância para a Região.

Uma indústria fortalecida é necessária para assegurar empregos, renda, tributos e a própria expansão dos serviços. Sem a indústria, o terciário terá mais dificuldade para crescer no ABC Paulista.

No setor industrial há uma considerável oferta de empregos que exigem mais qualificação, e isto costuma acarretar no pagamento de salários maiores. Assim, uma crise no setor, com o fechamento de postos de trabalho, tende a reduzir a massa salarial da região, com impacto também sobre os serviços.

Caso os equipamentos e ferramentas tecnológicas necessárias para a prestação de serviços com mais qualidade não sejam produzidos internamente, as empresas precisarão os importar, o que poderá acarretar em maiores custos, causando assim aumento no preço do produto para o consumidor.

Mesmo o setor de serviços, tão importante para a economia nacional, tem seu dinamismo derivado principalmente da indústria, uma grande consumidora de serviços que agregam valor: marketing, planejamento, logística, serviços financeiros e assistência técnica. Quanto mais complexa a estrutura industrial de um país, mais sofisticada é a rede fornecimento de serviços.

Embora exista um atraso por parte da indústria brasileira, é possível afirmar que não é necessário imaginar o fim da indústria nacional, mas deve ser lembrado que indústrias pujantes concorrentes no cenário internacional não irão esperar de bom grado a recuperação da indústria brasileira, deste modo, se nada for feito para recuperar o “tempo perdido” teremos uma situação de “pena de morte súbita”.

A indústria mais desenvolvida irá fabricar produtos mais elaborados que possuem maior demanda no comércio internacional, e isto pode ser muito benéfico para o país produtor, pois ao exportar mais ele poderá arrecadar maiores níveis de moeda estrangeira, o

que aumentará as chances de haver equilíbrio no BP, não havendo assim tanta necessidade nos fluxos financeiros, dessa forma diminuindo a dependência externa.

Os agentes públicos e privados das sete cidades componentes da Região constantemente estudam novas medidas para expandir e diversificar o polo industrial local. Uma das ações realizadas foi a criação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (ADE-GABC), organizações importantíssimas para o futuro da indústria.

Esses dois organismos da regionalidade buscaram complementar suas ações – o primeiro, reunindo institucionalmente os sete prefeitos para uma atuação, ao mesmo tempo, entre si e junto às esferas estadual e federal, em diversas políticas públicas; o segundo, visando ao fortalecimento da economia regional, rumo a um sistema regional de inovação e aprendizagem, por meio da articulação entre o poder público local, o empresariado, os sindicatos e as universidades. (ANAU, 2019, p. 555).

Entre as pautas mais debatidas pelos órgãos municipais, instituições e empresas no Grande ABC, estão as questões em torno da necessidade de diversificar o polo industrial regional, processo inovativo e os impactos que a chamada “Revolução Industrial 4.0” irá causar.

Acerca da inovação, estão sendo realizados esforços junto a universidades locais, órgãos federais e atores da própria região, visando a modernização e diversificação do setor produtivo. Iniciativas de qualificação e requalificação da força de trabalho, cooperação universidade-empresa e aperfeiçoamento do empresariado e das camadas gerenciais em métodos e técnicas de gestão multiplicaram-se, em escala municipal e regional. (ANAU, 2019).

Existem diferentes frentes buscando expandir e diversificar o parque industrial da Região. Estão ocorrendo negociações com empresas do ramo automotivo, que não desistam do Grande ABC e continuem suas atividades; e também de novas indústrias, como a química e aeroespacial.

Um exemplo da busca pela diversificação do parque industrial ocorreu em São Bernardo do Campo, no qual a empresa Saab Aeronáutica e Montagens (SAM) investiu R\$

150 milhões na criação de um polo aeroespacial. A pedra fundamental da fábrica foi lançada em 2018 e iniciou suas atividades em 2020.

Há uma preocupação em torno dos efeitos que a quarta revolução industrial irá causar na oferta de empregos, pois com a mesma a demanda por mão de obra será menor e por profissionais cada vez mais qualificados. É necessário preparar a população da Região para atender esta procura.

É imperativo que o Grande ABC crie mecanismos que ampliem suas vantagens competitivas. Se não conseguir reunir competências no campo tecnológico, da capacidade inovativa em produtos e processos, a ponto de atrair novas oportunidades de negócios tanto para empresas já estabelecidas quanto para atração de novas companhias, a região será pressionada cada vez mais a competir via preços. Isso representa redução e flexibilização dos custos da mão-de-obra e concessão de benefícios tributários. (OBSERVATÓRIO ECONÔMICO, 2019, p.2).

## CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise acerca do processo de desindustrialização que está ocorrendo no Grande ABC e quais impactos está havendo na economia da Região.

Foi realizada inicialmente uma pesquisa do processo de industrialização no Brasil e como este movimento chegou no ABC Paulista. A implantação de unidades produtivas industriais, principalmente do setor automotivo, contribuiu em muito para o desenvolvimento da economia regional.

É possível considerar que o desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu com mais intensidade durante o período de 1930-1980, tendo como seus picos alguns momentos, por exemplo, o Plano de Metas (1956-1961), implantado por JK, e no segundo PND (1974-1979), realizado durante o governo do regime militar.

O descontrole com a dívida externa é algo que esteve presente em diversos momentos da história brasileira, e um de seus momentos de maior desequilíbrio advém dos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento realizados pelo governo militar. Com o acontecimento da segunda crise do petróleo, os EUA aumentaram consideravelmente a taxa de juros, o que elevou abruptamente os valores devidos pelo Brasil.

Na década de 1990, a abertura comercial e financeira foi apontada como uma maneira de controlar o alto nível inflacionário existente no país. A intenção era facilitar a entrada de empresas e ferramentas de gestão e produção estrangeiras no Brasil e, através disto, aumentar a competitividade e pressionar os preços internos para baixo.

O Plano Real, que entre as suas estratégias também estava presente a intensificação da abertura econômica, obteve sucesso no quesito de conter o descontrole inflacionário. Mas um dos custos para promover isto acabou sendo novamente uma elevação da dívida externa.

Além do crescimento da dívida, a abertura ocorreu de maneira mais veloz que o planejado, não fornecendo tempo o suficiente para o setor industrial nacional se preparar devidamente. Isto acabou causando um impacto negativo, acarretando na perda

de empregos e fechamento de diversas empresas. Muitos itens deixaram de ser produzidos internamente e passaram a ser importados.

A constante importação de itens, taxa de câmbio apreciada e SELIC elevada resultaram no aumento das dívidas pública e externa, forçando assim o governo a adotar medidas contracionistas para conseguir controlar a inflação e endividamentos, o que causou ainda mais impacto na indústria de transformação nacional.

A combinação de fatores como o fortalecimento dos sindicatos, guerra fiscal, reestruturação produtiva, especulação imobiliária e a diminuição da atividade industrial transformativa em nível nacional acarretaram na diminuição de ofertas de emprego no setor, com destaque na Região do ABC, um dos maiores polos industriais do país. E então a mão de obra foi constantemente empregada pelos outros setores econômicos, principalmente os de comércio e serviços

Os dados e informações apresentados ao longo do terceiro capítulo permitem observar a diminuição de oferta de empregos na indústria e maior absorção no setor de serviços, mas sem crescimento consistente da renda per capita; queda da participação no PIB brasileiro da indústria de transformação; elevação da participação da indústria extrativa no PIB e níveis de exportação do Brasil; apreciação cambial em momentos de expansão da economia global e depreciação da taxa de câmbio quando o comércio internacional esteve em queda. Fatos que evidenciam a queda da participação da indústria de maneira precoce.

Compreender a prematuridade da desindustrialização é essencial para que o país e Região não fiquem permanentemente na situação conhecida como “armadilha da renda média”, que é quando um país possuidor de um setor industrial relevante – a indústria desenvolveu-se, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para emparelhar-se com os níveis tecnológicos das nações mais avançadas - opta pela priorização de produção e exportação de bens primários ao invés dos manufaturados.

O Grande ABC certamente está presenciando uma reestruturação produtiva, com o setor de serviços assumindo um protagonismo cada vez maior na composição do PIB regional. A forte atuação industrial na Região ao longo de décadas contribuiu para o seu desenvolvimento, motivo que atraiu o deslocamento de diversos habitantes para

viver no local. A existência de empresas e empregos industriais foi uma das razões para o crescimento dos outros setores econômicos.

Um questionamento importante a ser realizado é se a perpetuação do setor de serviços como protagonista da constituição da Renda e geração de empregos será mantido, com a indústria de transformação nacional perdendo espaço tanto internamente como no cenário internacional, indagações que dizem respeito ao futuro.

O presente trabalho buscou mapear o contexto da reestruturação produtiva e servir de apoio para futuras investigações.

## REFERÊNCIAS

- ANAU, Roberto Vital. Impasses e oportunidades para a construção de um Sistema Regional de Inovação no Grande ABC. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 21, n. 45, p. 551-572. 2019. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-99962019000200551&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962019000200551&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- ANFAVEA. Linha do tempo. Disponível em:  
<<http://www.anfavea.com.br/linha-do-tempo.html>>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- CANCIAN, Rodrigo. Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) - "Anos dourados" e Brasília. UOL. Disponível em:  
<<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-juscelino-kubitschek-1956-1961-anos-dourados-e-brasilia.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- CASALE, P. Crise torna ABC símbolo da desindustrialização. *Hora do Povo*, 2019. Disponível em:  
<<https://horadopovo.com.br/crise-torna-abc-paulista-simbolo-da-desindustrializacao>>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). ABC encolhe e pode virar região símbolo da desindustrialização no país. CSB, São Paulo, 26 mar. 2019. Disponível em:  
<<https://csb.org.br/noticias/abc-encolhe-e-pode-virar-regiao-simbolo-da-desindustrializacao-no-pais>>. Acesso em: 30. mar. 2020.
- COLOMBO, Arthur Osvaldo; FELIPE, Ednilson Silva; SAMPAIO, Daniel. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: UM PROCESSO, VÁRIAS VERTENTES. In: *Anais do Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*. Anais... Campinas (SP) IE-UNICAMP, 2019. Disponível em:  
<<https://www.even3.com.br/anais/akb/172464-A-DESINDUSTRIALIZACAO-NO-BRASIL--UM-PROCESSO-VARIAS-VERTENTES>>. Acesso em: 06 nov. 2019.
- CORREIA, João Carlos. Impactos da indústria automobilística nas cidades do Estado de São Paulo e sua transformação... 2008. 288 f. Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 2008. Disponível em:  
<<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-21012010-145148/pt-br.php>>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- CORSEUIL, Carlos Henrique; et al. A Abertura Comercial Brasileira nos Anos 1990: impactos sobre emprego e salário. Carlos Henrique Corseuil e Honorio Kume (coordenadores). Rio de Janeiro: IPEA, 2003. 212 p. Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5470](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5470)>. Acesso em: 21 mar. 2020.
- COUTINHO, L. A ameaça ao setor de bens de capital, 09 abril 2018. Disponível em:  
<<http://www.revistamt.com.br/Noticias/Exibir/a-ameaca-ao-setor-de-bens-de-capital?Pagina=1>> apud COLOMBO, Arthur Osvaldo; FELIPE, Ednilson Silva; SAMPAIO, Daniel. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: UM PROCESSO, VÁRIAS VERTENTES. In: *Anais do Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*. Anais... Campinas (SP) IE-UNICAMP, 2019. Disponível em:

<<https://www.even3.com.br/anais/akb/172464-A-DESINDUSTRIALIZACAO-NO-BRASIL--UM-PROCESSO-VARIAS-VERTENTES>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

DA SILVA, Suely Braga. O Brasil de JK > 50 anos em 5: o Plano de Metas. CPDOC FGV. Disponível em:

<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

DIEESE. Balanço das greves de 2018. Estudos e pesquisas nº 89. São Paulo, 2019.

Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2018/estPesq89balancoGreves2018.pdf>>.

Acesso em: 28 mar. 2020.

Economia brasileira / Antônio Corrêa de Lacerda... [et al.]; organizadores José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antonio Moreno Serra. — 4.ed. — São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1761025/mod\\_folder/content/0/Economia%20Brasileira%20-%20Antonio%20Correa%20de%20Lacerda.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1761025/mod_folder/content/0/Economia%20Brasileira%20-%20Antonio%20Correa%20de%20Lacerda.pdf?forcedownload=1)>.

Acesso em: 05 abr. 2020.

Economia brasileira contemporânea [recurso eletrônico]: 1945- 2010 / [organizadores Fabio Giambiagi... et al.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2824329/mod\\_resource/content/1/GIANBIA%20GI%20ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPOR%20C3%82NEA%20C%20A%20ED\\_.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2824329/mod_resource/content/1/GIANBIA%20GI%20ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPOR%20C3%82NEA%20C%20A%20ED_.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2020.

FERREIRA, Josué Catharino. ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE SANTO ANDRÉ. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 12ª Conferência Internacional de História De Empresas. 2015, Vitória. Anais... Vitória (ES), 2015. Disponível em:

<[http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_josue\\_catharino\\_ferreira\\_-aspectos-historicos-e-geograficos-da-industrializacao-de-santo-andre.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_josue_catharino_ferreira_-aspectos-historicos-e-geograficos-da-industrializacao-de-santo-andre.pdf)>

FIORELLI, Jessica. Economistas debatem se Brasil está pronto para

“desindustrialização”. BBC Brasil, São Paulo, 27 set. 2012. Disponível em:

<[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120927\\_desindustrializacao\\_jf](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120927_desindustrializacao_jf)>.

Acesso em: 28 mar. 2020.

G1. Brasil tem 2ª maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU. G1, 09 dez. 2019, Mundo. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>>. Acesso em: 28 mar. 2020

IEDI. POR UMA INDÚSTRIA PADRÃO MUNDIAL. 2019. Disponível em:

<[https://www.iedi.org.br/artigos/top/estudos\\_industria/20191016\\_industria\\_padrao\\_mundial.html](https://www.iedi.org.br/artigos/top/estudos_industria/20191016_industria_padrao_mundial.html)>. Acesso em: 21 mar. 2020.

JÚNIOR, Daniel Ribeiro. DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO ABC: EMPREGO E DESEMPREGO EM TEMPOS DE MUDANÇA. 2008. 82 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de organizações) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/129>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

LAMONICA, Marcos Tostes e FEIJÓ, Carmen Aparecida. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. *Revista de Economia*, vol. 31, nº 1 (121), pp 118-138 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n1/a06v31n1.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

LANGENBUCH, J. R. A estruturação da Grande São Paulo – Estudo da Geografia Urbana, Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1971. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281312>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MACEDO, Ana Raquel. Especial Sindicalismo 1: A história dos sindicatos no Brasil. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/307874-especial-sindicalismo-1-a-historia-dos-sindicatos-no-brasil-1009/>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

MARRAS, J. P. Relações Trabalhistas no Brasil. Futura, São Paulo, 2001 apud JÚNIOR, Daniel Ribeiro. DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO ABC: EMPREGO E DESEMPREGO EM TEMPOS DE MUDANÇA. 2008. 82 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de organizações) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/129>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

NASCIMENTO, Sidnei Pereira do. Guerra fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns estados participantes. *Econ. Apl. Ribeirão Preto*, v. 12, n. 4, p. 677-706, Dezembro 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-80502008000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502008000400007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 abr. 2020

OBSERVATÓRIO ECONÔMICO. BOLETIM IndustriABC, n. 11. 2019. Disponível em: <<http://portal.metodista.br/observatorio-economico/arquivos-1/IndustriABC11EdioABRIL2019.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

OLIVEIRA, Catarina. Barão de Mauá. InfoEscola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/barao-de-maua/>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

PALMA, J. Gabriel. QUATRO FONTES DE “DESINDUSTRIALIZAÇÃO” E UM NOVO CONCEITO DE “DOENÇA HOLANDESA”. Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento. FIESP e IEDI, Centro Cultural da FIESP, São Paulo. 2005. Disponível em: <[https://macrodesenvolvimento.files.wordpress.com/2013/06/520-20quatro20fontes20\\_2\\_.pdf](https://macrodesenvolvimento.files.wordpress.com/2013/06/520-20quatro20fontes20_2_.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PENA, Rodolfo F. Alves. Efeitos da especulação imobiliária nas cidades. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/efeitos-especulacao-imobiliaria-nas-cidades.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

QUEIROZ, Guilherme. Terceirização é estratégica para eficiência e competitividade da indústria. Portal da Indústria, 2014. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/terceirizacao-e-estrategica-para-eficiencia-e-competitividade-da-industria/>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

RAMOS, J. E. M. Industrialização no Brasil. Sua Pesquisa.com, 2019. Disponível em: <[https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/industrializacao\\_brasil.htm](https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/industrializacao_brasil.htm)>. Acesso em: 17 nov. 2019.

RODRIGUES, Natália. Estado Novo. InfoEscola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/brasil-republicano/estado-novo/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ROGÉRIO, Lucas. Baixa expectativa sobre a economia reduz confiança da indústria do ABC. O Grande ABC, 2019. Disponível em: <<https://ograndeabc.com.br/2019/11/28/baixa-expectativa-sobre-a-economia-reduz-confianca-da-industria-do-abc/>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. Crise de 1929. CPDOC FGV. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRISE%20DE%201929.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SOUZA, Isabela. COMO SURGIRAM OS SINDICATOS? Politize! 26 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/sindicalismo-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

XAVIER, Maria de Lourdes P., et al. O novo perfil econômico do Grande ABC. Organizações em contexto, Ano 3, nº 6, p. 103-122, 2007. Disponível em: <[https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/o\\_novo\\_0.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/o_novo_0.pdf)>. Acesso em: 07 abr. 2020.

ZAGATO Ligia, et al. A armadilha da renda média e os obstáculos à transformação estrutural: a curva S da complexidade econômica. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27777>>. Acesso em 25 nov. 2019.